



A Cidade de Santa Maria de Belém, ou do Pará.

.....

FUNDAÇÃO DE BELÉM DO PARÁ

JORNADA DE FRANCISCO CALDEIRA
DE CASTELO BRANCO, EM 1616



Mesa Diretora
Biênio 2003/2004

Senador José Sarney
Presidente

Senador Paulo Paim
1º Vice-Presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos
2º Vice-Presidente

Senador Romeu Tuma
1º Secretário

Senador Alberto Silva
2º Secretário

Senador Heráclito Fortes
3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador João Alberto Souza
Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Marcelo Crivella

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim
João Almino

Carlyle Coutinho Madruga
Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 31

FUNDAÇÃO DE BELÉM DO PARÁ

JORNADA DE FRANCISCO CALDEIRA
DE CASTELO BRANCO, EM 1616

Ribeiro do Amaral



Brasília – 2004

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 31

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2004

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – Brasília – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

.....

Amaral, Ribeiro do.

Fundação de Belém do Pará : jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1615-1616 / Ribeiro do Amaral. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

108 p. -- (Edições do Senado Federal)

1. Belém (PA), história. 2. Maranhão, história. I. Castelo Branco, Francisco Caldeira de. II. Título. III. Série.

CDD 981.15

.....

.....

Homenagem a Belém do Pará

JOSÉ SARNEY

O

LIVRO de José Ribeiro do Amaral, ilustre historiador maranhense, é um documento curioso sob diversos pontos de vista. Do prisma histórico, não há dúvida de que o livro acrescenta e, principalmente, recolhe informações dispersas aqui e ali e as coloca diante do leitor. Grande parte do volume, na verdade, é compilação de documentos que só engrandece a obra do nosso historiador. Livro que ficou inédito por quase um século, por certo algumas das ofertas de texto já estejam conhecidas em demasia, o que não é demérito. Ao contrário, o volume demonstra agudeza de espírito e reafirma a argúcia do pesquisador que soube recolher o que melhor pôde ter à sua disposição.

O mais importante, contudo, é o ânimo que alimentou a redação do livro: as comemorações do tricentenário da cidade de Belém, que ocorreria em 1916. Escrever sobre o patrono da fundação da cidade de Belém – Francisco Caldeira de Castelo

Branco — torna-se documento de inegável contribuição para aqueles que estudam a história da capital do Pará. Serve igualmente para aqueles que se preocupam com a região amazônica e, de maneira feliz, para estreitar as relações entre dois estados vizinhos e irmãos: o Maranhão e o Pará. E disso Ribeiro do Amaral desincumbiu-se perfeitamente.

Autor de uma consistente bibliografia, na qual se incluem os volumes O estado do Maranhão em 1896, Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na província do Maranhão, Ribeiro do Amaral escreveu também sobre maranhenses notáveis como João Francisco Lisboa, autor do Jornal de Timon, e sobre o erudito tradutor da Odisséia, Odorico Mendes. José Ribeiro do Amaral, que também foi presidente da Academia Maranhense de Letras, lente do Liceu Maranhense e diretor da Biblioteca Pública do Estado (onde decerto teve acesso a inúmeros documentos), é um dos nossos grandes historiadores, que honra a pesquisa e a cultura do Maranhão. E, com este livro, ingressa também na galeria do saber paraense.

A jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco conta a saga do militar português chamado para auxiliar Jerônimo de Albuquerque na consolidação da vitória dos lusitanos sobre os franceses de La Ravardière, em São Luís do Maranhão, e é livro de alta importância para o conhecimento de alguns pormenores (inéditos uns em sua época, outros publicados por diversos autores) sobre a história do Maranhão e do Pará. Recolhendo e montando os documentos de forma cronológica, Ribeiro do Amaral, no que ele chamou de sua “Memória especialmente escrita com o fim de comemorar o tricentenário da fundação de

Belém”, reconstitui de maneira exemplar a epopéia de Castelo Branco, desde sua chegada a São Luís, as divergências de temperamento com o comandante das tropas no Maranhão, sua viagem exploratória, sob a direção náutica do francês prisioneiro Des Vaux, até a chegada a Belém, a fundação e as aventuras posteriores para implantação da permanência lusa em terras amazônicas.

O autor não poupa esforços, nesta monografia tão resumida, para esmiuçar e apresentar não somente os atos exteriores e venturosos, como também está preocupado em traçar um perfil do homenageado, nem sempre, contudo, positivo, o que, para a época, demonstra isenção histórica, distanciamento dos fatos e tentativa de abranger de forma mais cabal a aventura de Francisco Caldeira de Castelo Branco até sua morte.

Livro feito com riqueza de detalhes, expostos em documentos como cartas, petições, relatórios de viagem e citações de autores como Varnhagen, além dos padres capuchinhos Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, de José de Moraes, mostra as condições adversas para a fixação do homem português em nossas terras e o esforço para a conquista e a consolidação da permanência do colonizador luso em território da América portuguesa. Com o objetivo de render homenagem ao tricentenário de fundação da cidade de Belém, Ribeiro do Amaral apresenta subsídios importantes para a reconstituição de uma época heróica, quando a valentia era título de nobreza e a audácia e perseverança grandes riquezas dos homens.

O Conselho Editorial do Senado, desta maneira, tem a honra de recuperar o inédito manuscrito de José Ribeiro do Amaral, que permaneceu de posse da Biblioteca Municipal de

São Luís até 1951 e, logo, entregue à família do historiador. Este manuscrito chegou a mim doado pelas mãos de D. Elozine Amaral, viúva do Dr. Odorico Amaral de Matos, filho do Professor Ribeiro do Amaral. Foi depois da morte do marido que ela encontrou, entre seus documentos, este estudo, que deixa, com esta edição, o ineditismo. Deu-me juntamente com outros papéis do Professor Ribeiro Amaral. Foi assim, por essas mãos da História, que eles chegaram às minhas, dando oportunidade a que se pudesse divulgar este trabalho, sem dúvida alguma contribuição muito importante à história de Belém do Pará.

É um documento que teve a sorte de poder ser editado pelo Senado Federal, neste trabalho de recuperar fontes de nossa história, por intermédio do seu Conselho Editorial. Este livro é uma homenagem ao Pará e um subsídio valioso aos historiadores da sua capital.

.....

Memória
especialmente escrita com o fim de comemorar
o tricentenário da fundação de Belém.

CONTENDO, além de numerosíssimos documentos referentes a tão memorável data, um ligeiro estudo sobre a ação do capitão Pedro Teixeira nos destinos da Amazônia.

Ilustrada com duas cartas em original, sendo, uma delas, intitulada Maragnan et France Antarctique, de Guérard (1613), extraída do livro Histoire de la Marine Française, de Charles de La Roncière; e a outra, denominada Provincie del Pará e del Maranhão, tirada da obra Istoria del Guerra del Regno del Brasile, do padre fr. Gio Gioseppe de S. Teresa; e mais uma perspectiva da cidade de Belém, de 1840, pelo Prof. José Ribeiro do Amaral, presidente da Academia Maranhense de Letras, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, honorário da União Estudantil Sílvio Romero e Agente Auxiliar do Diretor do Arquivo Público no Maranhão.

À
Sua Alteza Imperial o Sereníssimo Senhor
Gastão d'Orleans, Conde d'Eu

Como testemunho, público e solene,
do mais alto e profundo respeito e da
mais sincera e imerecedoura gratidão,
pelo muito afeto a constante estima que
deste Excelso Príncipe há tido a subida
honra de merecer.

Oferece este seu mesquinho trabalho

o

Prof. José Ribeiro do Amaral

S. Luís – Maranhão – 8 de dezembro de 1915

.....

“O Amazonas!”

Ao pronunciar este nome, todo o coração brasileiro estremece!”

Gonçalves Dias – *Viagem pelo rio Amazonas.*

“Sire

“Je suis dans le ravissement de la nature grandieuse que j’ai sous les yeux. L’imagination la plus hardie recule devant toute espèce de generalization à ce sujet. Votre Majesté règne sans contredit sur le plus bel empire du monde.”

(De uma carta do grande sábio Sr. Agassiz, dirigida a S. M. o Imperador, o Senhor Dom Pedro II, a bordo da *Icamiaba*, em viagem pelo Amazonas, a 20 de agosto de 1865.)

.....

A Razão deste Livro

O trabalho que, neste momento, vai merecer a subida honra de ser submetido ao julgamento da Comissão Literária, nomeada pelo Diretório do Comitê Patriótico, é a resposta a uma carta com que se dignava a distinguir-nos o ilustre Sr. Dr. Inácio Batista de Moura, a qual, com a devida vênia, aqui damos à estampa.

“Ilm^o Senhor Professor José Ribeiro do Amaral

“Minhas respeitosas saudações.

“Sabendo, pelo nosso amigo Major de Lemos, que V^a S^a continua a trabalhar com a máxima competência sobre estudos da nossa história pátria, do que tem documentos preciosísimos, remeto-lhe um edital sobre a concorrência aberta, nesta capital, para elaboração de uma detalhada memória histórica sobre a jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco do porto do Maranhão para a fundação de Belém (1615-1616).

“Na minha qualidade de presidente do comitê encarregado da celebração tricentenária da fundação desta cidade, convido também V. S^a a assistir àqueles festejos, que aqui terão lugar em fins de dezembro do corrente ano e começo do ano vindouro.

“Vossa Senhoria representará, pela sua erudição histórica, a intelectualidade do grandioso Estado, cujas tradições se acham tão gloriosamente vinculadas às nossas.

“Sou de V. S^a com o máximo respeito

“Adm^{dor} Cr^o e Gbr^o

“(Assinado): Inácio Moura

“Belém, 2 de julho de 1915

“Quintino Bocaiúva – 92”

Acudindo a tão gentil quanto honroso convite, demasiado lisonjeiro para nós; pressuroso acudindo, sem medir talvez o alcance e o peso da empresa a que nos abalançávamos, furtando, aqui e ali, alguns momentos às curtas horas, que dos nossos labores quotidianos nos sobravam, metemos mãos à obra, organizando a presente “Memória”.

De acordo com o instituído pelo digno Sr. Presidente do Diretório das festas do Tricentenário, no seu edital de 15 de abril do corrente ano, foram, aqui, religiosamente observadas as cláusulas 1^a e 2^a do referido edital, isto é:

Precisamos, com documentos, autênticos alguns deles, senão inéditos, muito pouco conhecidos ainda hoje, a outros já publicados –, a data da partida da esquadilha, do Maranhão, e a da sua provável chegada e fundação do primeiro estabelecimento português no Pará; fazendo acompanhar tudo isso dos mais detalhados e minuciosos esclarecimentos possíveis; não só sobre o pessoal da expedição, pilotos e comandantes das embarcações, seus roteiros de viagem e notas das ocorrências da jornada, mas ainda, e principalmente, sobre a provável data da chegada dos expedicionários, desembarque, exploração realizada e fundação da cidade.

Fizemos mais: demos as razões que, na ocasião, determinaram a escolha de Francisco Caldeira para chefe da expedição, de preferência a tantos outros capitães portugueses, não menos ilustres, que, por aquele tempo, se encontravam no Maranhão; adicionando a tudo um ligeiro estudo sobre a bela figura de Pedro Teixeira, e encerrando a “Memória” com uma vista retrospectiva da cidade, de diversas eras, com a Belém dos nossos dias.

Como terá ocasião de ver a honrada Comissão Literária Julgadora, fato ou acontecimento não houve, em todo o correr desta “Memória” que, articulado, comprovado não fosse logo pelo competente documento ou logo não viesse acompanhado da fonte bibliográfica em que o fomos beber.

Observamos, na citação dos documentos, a mesma grafia dos originais de onde os extraímos.

É só.

Possa este nosso trabalho merecer a aprovação dos santos e, de qualquer modo, contribuir para o maior esplendor das festas que se vão celebrar, e dar-nos-emos por mais que compensados de todo o não pequeno esforço que nele pusemos.

São Luís do Maranhão, 8 de dezembro de 1915.

O prof.

José Ribeiro do Amaral

.....

Sumário

RESTAURAÇÃO do Maranhão da ocupação francesa – Descoberta e conquista do Amazonas – Razões que decidiram o empreendimento definitivo desta grandiosa obra – Uma opinião de Gonçalves Dias relativamente à América Portuguesa – Nomeação de Francisco Caldeira de Castelo Branco para Capitão da jornada do Grã-Pará e Amazonas – Exposição circunstanciada e documentada dos motivos que determinaram a sua escolha, de preferência a tantos outros capitães portugueses, não menos ilustres, estacionados então em São Luís – Instruções que lhe foram expedidas por Alexandre de Moura – Organização da expedição, contendo os mais detalhados esclarecimentos possíveis sobre o número e classificação dos vasos de que se compunha a esquadilha, comandantes e pilotos deles, seu pessoal, roteiro da viagem e ocorrências da jornada – Relação do Capitão Antônio Pereira – Serviços inestimáveis prestados pelos franceses à expedição

de Francisco Caldeira – Ingratidões do governo português para com de la Ravardière e Charles des Vaux – Paralelo entre a missão francesa de 1612 e a expedição portuguesa de 1615 – Derrota da expedição e sua chegada ao sítio escolhido para local do estabelecimento português – Suas razões atuariam no espírito de Caldeira para a preferência dada a esse local? – Qual o dia da chegada da expedição? – Desembarque de Caldeira, primeiras providências por ele tomadas, sua habilidade para com os gentios – Fundação de Belém. Como se principiou a construir a cidade – Governo de Francisco Caldeira (1615-1618) – Pedro Teixeira, sua figura primacial na história da Amazônia – Ligeira vista retrospectiva e sucessiva da Belém de 1616, 1637, 1699, 1718, 1759, 1820 e 1840 com a formosíssima Belém dos nossos dias.

.....

*Jornada de Francisco Caldeira de
Castelo Branco ou Fundação de Belém*

ESCASSAS, apagadas e, sobretudo, muitíssimo incompletas, são as notícias que da jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco lograram chegar até nós; tão escassas e apagadas que por dilatadíssimos anos laboraram os mais conspícuos dos nossos historiadores no mais deplorável de todos os enganos sobre a verdadeira data da sua partida do Maranhão e, ainda agora, volvidos três séculos já, e, infelizmente, de todo, o dia certo, preciso, da sua chegada ao sítio escolhido e que, logo após, receberia o nome de Nossa Senhora de Belém.

Restaurado o Maranhão do poder dos franceses, aos 4 de novembro de 1615, em virtude de uma capitulação no

dia anterior imposta nos mais arrogantes termos¹ ao Senhor de la Ravardière, tratou para logo Alexandre de Moura, em razão dos plenos poderes de que se achava revestido, de dar cumprimento à segunda parte das instruções que, ao partir do Recife, Gaspar de Sousa recebera: a descoberta e conquista do Amazonas.

1 A capitulação, a que acima nos referimos, foi assinada no lugar denominado *Sítio do Sardinha*, onde até fins do século VXIII, existiu uma fortaleza cujos destroços ou ruínas ainda hoje por ali se vêem derramados pela praia. Mais vulgarmente conhecido em nossos dias por Ponta de S. Francisco, fica este memorável sítio à margem direita do rio Anil e fronteiro ao antigo palácio dos governadores. Não há, em São Luís, quem não o conheça. Foi aí que, em 1^o de novembro de 1615, Dia de Todos os Santos, após ter feito fundear os seus navios, deu desembarque e assentou o seu quartel-general Alexandre de Moura; foi aí que, dois dias depois, a 3, dirigiu a célebre intimação contida nos seis seguintes e resumidíssimos capítulos, que tanto tinham de arrogantes da parte do vencedor quanto de humilhantes para o vencido.

“Primeiramente entregará para Sua Majestade el Rei católico a fortaleza no estado em que estiver com toda a Artilharia que tiver dentro e fora e toda a munição dela.

“Entregará assim mesmo todos os navios que tiverem, grandes e pequenos, em qualquer modo que estejam.

“E que por os respeitos assim ditos não será obrigado ele dito capitão-mor dar-lhe satisfação alguma.

“É que esta entrega se há de fazer até quarta-feira ao meio-dia, quatro deste, e não se fazendo se dá por desobrigado de todo o trato.

“Que ele dito capitão-mor lhe dará embarcações para irem às suas terras com condição, que se partirão tanto que lhas derem, e que deixarão reféns para que tanto que as puseram nelas as deixarão ir livremente, e os ditos reféns serão tratados conforme suas qualidades, e se lhes dará passagem franca tanto que constar haverem chegado a suas terras.

“E este favor se lhe for pelas alianças que hoje há entre os Srs. Reis católicos e cristianíssimos, o que tudo faz em nome do governador-

Foram razões determinantes e decisivas desta temerosa empresa, de há muito aconselhada, mas quase sempre desprezada ou adiada por outras de muito menor vulto, as notícias alarmantes levadas a Lisboa pelo capitão português Manuel de Sousa d'Eça² que tanto se havia distinguido antes

geral do Estado do Brasil, Gaspar de Sousa, de quem ele capitão-mor tem os poderes. E por cuja ordem veio a esta conquista, em campanha defronte do forte São Luís dos franceses em três de novembro de 1615 anos. Alexandre de Moura.”

A esta intimação respondeu de la Ravardière:

“Estoy por todo el concierto assíma dicho del Sr. Capitan Mayor Alexandre de Moura, y puede tomar possession de la fortaleza de Sant Luis por Su Majestade católica en el dia senalado, echo en el sitio de Serdina, en 4 de noviembre, 1615. Ravardière.”

E, assim, terminou a ocupação francesa no Maranhão.

- 2 Era Manuel de Sousa d'Eça natural de uma das ilhas do arquipélago dos Açores. Exercia o cargo de provedor dos defuntos e ausentes da capitania de Pernambuco, quando, por ordem de Gaspar de Sousa, governador-geral do Brasil, foi mandado em uma caravela, com trezentos soldados, em auxílio do forte ou presídio denominado Buraco das Tartarugas, levantado por Jerônimo de Albuquerque, em 1613, sob a invocação da Senhora do Rosário. Em boa hora chegou ela ao seu destino (9 de junho de 1614) com a feliz viagem de doze dias, enchendo de alegres alvoroços a valorosa guarnição daquele presídio; em boa hora, sim, pois que no dia 12 chegava ali uma nau francesa, de boa equipagem, sob o comando de Du Prat, a qual se destinava ao Maranhão, com o socorro de 300 homens e uma segunda missão de 23 capuchinhos, sob a direção do padre Arcângelo de Pembroke. Mal informado Du Prat das condições em que então se encontrava o forte, quer quanto a sua fábrica, quer quanto a meios de defesa, deu desembarque de duzentos homens, contando apoderar-se dele. Mas Manuel de Sousa que isso viu, saindo com seus dezoito companheiros, acobertados todos das fragosidades do terreno, tão vigorosamente os atacou em um passo estreito, que, os que não tombaram na luta, tiveram de assegurar as vidas recolhendo-se precipitadamente às suas embarcações. O seu nome, vamos encontrá-lo, não muito depois, como um dos principais cabos da expedição que, sob o comando de Alexandre de Moura, veio à conquista do Maranhão, tendo sido um

na jornada do Maranhão, notícias que constam da sua *Derrota do Rio das Amazonas*,³ notícias, sem perda de tempo, transmitidas para a corte de Madri onde, a 7 de julho de 1615, foi esse roteiro prontamente vertido para o castelhano por Thomaz Gracián Dantisco, a fim de que assim melhor ficasse ele ao alcance de todos.

Nesse documento, que foi como que o brado de alarme dado por Manuel de Sousa a Portugal, tão descuidado então das opulências do Amazonas; a Portugal, cujas vistas únicas se achavam voltadas para os esplendores do Oriente;

dos que se mais assinalaram na sempre memorável jornada de Guaxenduba, comandando, em pessoa, a vanguarda das forças portuguesas que marcharam pela montanha e decidiram da ação. Em fins de 1614, chega ao Pará provido no emprego de provedor da fazenda real da nova capitania, levando consigo, a bordo de duas embarcações, socorros para ela e pagamento para os soldados. Em 1626 é nomeado capitão-mor do Pará, recebendo no dia 6 de outubro de seu antecessor, Bento Maciel Parente, o bastão deste cargo.

Durante o seu governo tiveram lugar, com o melhor êxito, as expedições dos capitães Pedro Teixeira à aldeia dos tapuiçus, e Pedro da Costa Favela ao rio Pacajá. Em 1628, por se haver recusado a pôr o *cumpra-se* em uma provisão de Francisco Coelho, sem que primeiro lhe provasse esta a faculdade que tinha para expedir papéis dessa natureza, é processado e remetido preso para o Maranhão, sendo mais tarde, em 1629, restituído ao exercício do seu cargo, depois de haver sofrido uma suspensão iníqua, sem justificativa alguma, de nove meses, na cidade de São Luís.

É este ilustre capitão o autor do trabalho que tem por título *Derrota del Río de las Amazonas dada por el Capitan Manuel de Sosa Dessa al Señor Virrey*, trabalho esse que muito contribuiu para despertar a corte de Madri da apatia em que se achava, relativamente à conquista e colonização do Maranhão.

3 *Documentos para a História da Conquista e Colonização da Costa de Leste-Oeste do Brasil*. Rio de Janeiro – Oficina Tipográfica da Biblioteca Nacional – 1905.

nesse documento, entre muitos avisos à sua pátria, dizia Manuel de Sousa:

“Los estrangeros que ali van cargan tabaco, grano, o trigo, buenas maderas, mucha tierra en pipas. Dieron esta información la gente de una carabela que los ingleses llevaron al dicho Rio cargada de açucares, robada, cuyo maestre se llama Antonio Rodríguez Borges, vezino de Buarcos, Manuel Fernández vizcayno su cuñado, Matheo Duarte, todos vezinos de Buarque, Domingo de Menioza, pasajero, que todos vinieron en mi compañía de las Indias y de presente estan en esta Ciudad de Lisboa. Y sera muy importante impedir este puerto a los estrangeros, assi para bien de toda la carta del Brasil que va corriendo para el Sul, que continua con este mismo Rio, como tambien para todos los puertos de las Indias de Castilla, costa derecha, que va corriendo para el norte que le queda muy cerca, porque haziendose los dichos estrangeros poderosos podran molestar con mucho daño una y otra costa por quedar en medio.

“Y tambien por que este Rio va a dar al Pirú, y se tiene que es todo navegable, que lo sea trecientas y tantas leguas, se save de personas que ya lo navegaron, y podra el enemigo irlo conquistando y problando, y llegar al Pirú y molestarnos a todos, la qual se puede atayar en estos principios com bien poca costa; y no faltará quien sirva a su Majestad en esta conquista dando lo necesario.

.....

“Y tambien que no se ocupando este sitio, el Frances que se retirase del Marañon, de guerra se ha de yr recoger a el por no tener otro de ay hasta a las Indias, y no quedará siendo de ningun efecto la conquista

del Maraõon, porque son cinquenta leguas de una a otra por costa derecha.”

À vista de tão insistentes avisos, em os quais se faria ver ao réu que de nada valeria a conquista do Maranhão sem a ocupação do Amazonas, mandou Filipe III de Espanha ouvir o Conselho de Portugal, que, em consulta de 6 de abril de 1615, assim se manifestou:

“Señor. O que referiu Manuel de Sousa Deça que Holandeses e Ingleses começavam a tratar e commerciar no Rio das Amazonas parece ao Conselho materia muy grave e que pede que se lhe *não dilate o remédio*, por ser aquelle Rio o lemite e Raya que deve os estados do Brasil e do Peru e todo navegavel, e por elle se podem entrar no mais interior daquela Província, seguindose disso os danos que claramente se deixoão ver, demas de que arreigandose ali estrangeiros algunos, e ficando no meo das conquistas que as Coroas de Castella e Portugal tem na América e em paragem da qual os tempos geraes levam por força as Índias, como acontece aos três navios que agora vieram do Maranhão, fiquaria a paso das frotas que cada ano vem das Índias muy arriscado pello que he este negocio da mayor importancia que de presente se podia oferecer e a *que he precisamente necessario que se acuda com toda a brevidad* segurando de hua vez antes que com a dilação cobrem os inimigos forças e se difficulte ou impossibilite o remedio, de que V. Majestade deve mandar tratar logo com todo o calor para que se acabe ao mesmo tempo que a empresa do Maranhão e *não achem os piratas que forem lançados dele a colheita no Rio das Amazonas, e juntos com os que ali estão, melhoradas de sitio e com maior poder, obriguem a diferente cuidado do que ate agora deram.*”

Em 2 de maio de 1615 foi presente ao Duque de Lerma uma consulta do Conselho de Portugal, referente aos

negócios do Brasil, a qual, ocupando-se, em particular, das coisas do Maranhão e Amazonas, assim se exprime:

“Tambien se apunta en esta consulta que Olandesses y Ingleses comenzaran a tratar em el Rio de las Amazonas dice el Consejo *que este es el negocio mais importante que de presente se ofrece* por ser aquel Rio el límite que divide el estado del Brasil del Peru que conviene tratar del negocio al mismo tiempo que lo del Marañon sin alzar la mano dello antes que se ymposibilite por los grandes daños que se podrían seguir acuerda el Consejo se escriba a Don Iñigo haja officius [sic] el castigo de los franceses del Marañon y yentender si tratan se...”

A esta consulta deu o Duque de Lerma o seguinte despacho:

“La consulta inclusa del Consejo de Portugal sobre las casas de la Empresa del Maranon y lo que de nuevo se a entendido del Rio de las Amazonas manda S. Majestade que se vea en el Consejo de Estado y que se avice luego lo que se le ofrece. Dios guarde, etc. De Aranyuez a 2 de Mayo de 1615 – El Duque [hay una rubrica].”

Ouvido o Conselho de Estado (e de Castela) assim se pronunciou:

“Parece que se puede tener por cierto lo que se apresenta en la dicha consulta pues lo avisan de Flandes, y el Consejo de Portugal lo dice bien pues si aquella gente se pusiese en los límites del Piru y del Brasil se podria abenturar lo uno y lo otro, y así seria muy a propósito que a los mil hombres se añdiese la gente que hubiese de quedar allí por población y que de un camino se hiciesen das efectos como lo apunta el Conde de Salinas *y no se pierda punto en el remedio de lo del Rio de las Amazonas pues el hacerse con facilidad consiste en la brevedad vien-*

dase por los avisos que lo que se ha intentado hasta agora ha sido por gente mercantil y poca substancia y así importa apresurarlo, y en lo de los franceses es buen expediente dalles tierras que labren apartadas del Rio y así se puede aprobar el Consejo de Portugal lo que ha ordenado en esto pero que lo primero sea assegurar de las guerras, y que avisen como va saliendo la prueba para que según esta se haga lo que convenga adelante [hay una rubrica].”

Este parecer é de 10 de maio de 1615.

Referente à consulta de 6 de abril de 1615, e a ela pertencente, encontramos ainda o seguinte documento:

“Oficio del Duque al Presidente del Consejo de Indias acompañándole un papel donde se avisa los puertos que los holandeses pretenden poblar entre el Marañon y la Margarita, y explicando el mapa de estas costas que dice acompaña [no está].

“Valladolid, 27 junio 1615.⁴

“Su Majestad ha visto la relacion y Mappa donde los puertos del Rio de las Amazonas hasta la isla de Santa Margarita que se a tenido aviso que los holandeses pretenden poblar que van aquí y me a mandado enbiarlo a Vuestra Señoria para que se vea en el consejo de Yndias y en el se tenga entendido lo que se contiene en la declaracion del dicho Mapa y lo que se dize *y se acuda a lo que conviniere* Dios guarde a Vuestra Señoria de Valladolid a 27 de junio 1615. El duque. [Hay una rubrica].

4 *Documentos para a História da Conquista e Colonização da Costa de Leste-Oeste do Brasil, etc.* Arquivo General de Índias. Patronato. 2. 5 1/27.

“Señor Presidente de Indias.”

Como se deixa ver deste, bem como dos demais documentos referentes a este negócio, insiste-se, mais uma vez, aqui na necessidade urgente, inadiável, de acudir, quanto antes, sem perda de tempo, com qualquer socorro ao Amazonas, onde, desassombradamente, traficavam ingleses, flamengos e holandeses e onde, certamente, procurariam mais seguro refúgio os franceses repelidos do Maranhão.

Não era que ao governo da metrópole fossem desconhecidos os progressos que por aqui faziam os corsários. Não! Infelizmente, para os franceses, tinha já o governo do Brasil a sua atenção voltada para estes lados e muito antes que a Madri chegasse a notícia destes entrelopos, já Gaspar de Sousa, o novo governador, nomeado em 1613, recebera ordem de expelir os franceses do Maranhão e de prosseguir na descoberta e conquista do Amazonas para o que deveria fixar a sua residência em Olinda, a fim de ficar mais ao alcance de vigiar os armamentos e de melhor poder acelerar a partida das expedições.

Entretanto, malgrado todos os seus esforços e diligências, a expedição se foi dilatando de maneira que não saiu do Recife senão em junho de 1613, e bem minguada em forças. São quase incríveis as contradições, inépcias, embaraços e misérias que se deram na execução desta expedição, a que depois chamaram os frades capuchinhos de milagrosa.

A quem estuda e conhece a história da América portuguesa nada surpreende tanto como o descaso com que isto aqui era tratado; descaso que bem claramente se deixa ver nos minguidos esforços envidados e meios empregados para os fins a que se tinha em vista e resultados que se colhiam.

Eis porque dizia o nosso maior poeta: “Vinhão para o Brasil aqueles que não tinham suficiente coragem para se lançarem sobre a Ásia e a África, cujos campos, cujas cidades, cujos impérios tantas vezes repetirão com terror o nome português. Foi esta a razão por que os reis de Portugal tiveram sempre os olhos cravados naquelas partes do Oriente onde a sua glória se pleiteava, deixando por tanto tempo o Brasil à mercê dos seus deportados e dos seus aventureiros.

“Para a Ásia e para a África mandava Portugal a flor da sua nobreza; para o Brasil vinha o rebute da sua população; havia exceções, mas estes vinham por engano, como veio Pedro Álvares Cabral. Os de lá adquiriam glória – os daqui lucravam fortuna; aqueles eram heróis, estes comerciantes. De volta à metrópole trocavam-se as partes; os primeiros que só podiam mostrar as cicatrizes morriam nos hospitais; os segundos, que só tinham fortuna, construía palácios. Como pois não haviam de buscar o Oriente as almas grandes de Portugal, que as houve sempre e muitas; e como não haviam as almas interesseiras de afluir para onde se descobriam minas de ouro e diamante?

“Eis por que as primeiras páginas da história do Brasil estão alastradas de sangue, mas de sangue inocente, vilmente derramado. O único motivo de quase todos os fatos que aqui se praticaram durante três grandes séculos foi a cobiça – cobiça infrene, insaciável, que não bastavam fartar os frutos de uma terra virgem, a produção abundantíssima do mais fértil clima do Universo, e as mais abundantes minas de metais e pedras preciosas.

“Se vos perguntam por que tantos riscos correram, por que se afrontaram tantos perigos, por que se subiram tantos montes, por que se exploraram tantos rios, por que se

descobriram tantas terras, por que se avassalaram tantas tribos, dizei-o – e não mentireis – foi por cobiça!”⁵

Era por cobiça que governadores e capitães-generais vinham a estas terras tão remotas, onde glória alguma os esperava. Era por cobiça sim, disse-o Gonçalves Dias e muito bem o disse. E nem se pense que exagerasse ou o houvesse feito, de apaixonado que era pela raça indígena. Não!

Escrevendo ao rei, dizia o padre Antônio Vieira, em carta de 20 de abril de 1657: “Peço a V. M. que os Governadores e Capitães-mores que vierem a este estado *sejam pessoas de consciência e porque estes não costumam a vir cá...*”

E ninguém melhor do que o insigne jesuíta conheceu os homens do seu tempo!

Verdade é que teve o Maranhão a singular ventura de contar, entre os seus governadores, um Joaquim de Melo e Póvoas, um Bernardo da Silveira Pinto, administradores tipos que deixaram os seus nomes gravados em caracteres de ouro na história da antiga Capitania; e, se alguns mais, quase que os não conhecemos, mas esses constituíram a exceção; foram, na frase do poeta, como que *rari nantes in gurgite vasto*.

Mas, tornemos ao ponto principal da nossa narrativa.

Desassombrado o Maranhão da ocupação francesa, voltou Alexandre de Moura as suas vistas para o cumprimento da segunda parte das instruções que trazia de Gaspar de Sousa: a descoberta e conquista do Maranhão. Constavam essas instruções do seguinte

5 Antônio Gonçalves Dias – Introdução aos *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, por Bernardo P. de Berredo. Segunda edição – Maranhão – Ano de 1849.

“Auto que mandou fazer o Capitão-Mor Alexandre de Moura sobre alguns capítulos de seus regimentos a que se devia dar comprimento.⁶

“Ano do nascimento de nosso Sr. Jesus Cristo de mil e seiscentos e quinze anos aos treze dias do mês de dezembro do dito ano neste forte São Filipe, nas pousadas do Capitão-Mor Alexandre de Moura, estando presente o Sr. Capitão-Mor, e mais pessoas abaixo assinadas, logo por ele foi dito perante mim tabelião ao diante nomeado, que ele trazia em seus Regimentos que lhe passara o Sr. Governador-Geral Gaspar de Sousa alguns capítulos que ali se leram e continuam se fizesse a jornada do Grã-Pará e Rio das Amazonas, e se botassem deles os estrangeiros que aí residem, posto que, parece cai na demarcação de Castela, o dito Rio das Amazonas, mandando a ele dito Capitão-Mor fizesse a dita jornada e porque claramente se sabe que o Pará é uma das bocas do dito Rio das Amazonas da banda do leste, e que nele não há gente nenhuma, nem fortaleza, mais que seus homens que lá deixou o senhor de Vaux e um que daqui fugiu por criminoso, e que assim mesmo no dito Rio das Amazonas não havia gente nenhuma nem fortaleza, e tudo que tinha, além das informações, lhe havia afirmado o Sr. de la Ravardière por sua certidão e que sem embargo disso estava disposto a seguir a dita jornada, e tratando ele, o Capitão-Mor, de prosseguir com a tenção por ter já esta conquista do Maranhão quieta e segura, e botado dela os franceses e porque assim convinha para segu-

6 *Documentos para a História da Conquista e Colonização da Costa Leste-Oeste do Brasil*. Rio de Janeiro, 1905.

rar toda esta Costa vieram os mestres e pilotos dos navios da Armada e disseram que não tinham conhecimento nenhum dela, nem sabiam como se havia de navegar, e que era certo perderem-se as naus e a gente pelas muitas baixas que, diziam, havia nela o que visto pelo Sr. Capitão-Mor mandou chamar os pilotos franceses, que para este efeito tinha mandado ficar no Maranhão e achou que tampouco nenhum deles se atrevia a levar naus para fora e que por dentro não podiam ir senão navios pequenos, e que esses não haviam de navegar senão de dia, surgindo todas as noutes por não escorrer a terra e conhecimentos dela que sempre haviam de levar à vista. Pelo que tendo a dita informação, e vendo ser conveniente mandar alguma gente a tomar conhecimento daquelas paragens, para assim ficar criando pilotos, e o que necessário fosse, e *porque para isto também tinha prestes mãos de Vaux, francês grande língua prática na terra, e muito conhecido nela*⁷ e outro piloto francês, os quais com navios pequenos se atreviam a levar lá a gente assentaram todos,

7 Des Vaux. Alguns escrevem, também, des Veaux. Preferimos, porém, a grafia Vaux por ser esta a que se encontra em raríssimo exemplar que possuímos da obra que tem por título *Histoire de la Mission des Peres Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines ou este traicte des singularitez admirables et des meurs merveilleuses des Indiens habitans de ce pais avec les missives et advis qui ont este envoyer de nouveau par le R. P. Claude d'Abbeville Predicateur Capucin* – A Paris De l'Imprimerie de François Huby, rue St. Jacques à la Bible d'Or, et en sa boutique au Palais en la gallerie des Prisonniers, 1614.

Fidalgo, natural de Saint-Maure na Touraine, é Charles de Vaux uma das mais belas figuras do tempo da ocupação francesa no Maranhão.

Companheiro de J. Riffault na expedição de 1594, foi, cerca de dois anos, o administrador do pequeno estabelecimento por aquele fundado na Ilha Grande, logrando alcançar durante esse tempo a posse da mesma e a amizade dos Tupinambás, seus habitantes.

que o dito Capitão-mor mandasse fazer a dita jornada pela pessoa que para isso lhe parecesse suficiente e que em nenhuma maneira fosse ela, porque não convinha, o qual disse que elegia a Francisco Caldeira de Castelo Branco por capitão da dita jornada, por confiar dele faria o serviço d'el-Rei, como era necessário, e lhe parecia que levasse certo. E cinquenta homens em três embarcações, e o dito Francisco Caldeira escolheu, a pedido, e para seu fornecimento, se lhe buscou todo o necessário e se lhe deram novas amarras, que se tomaram a outros navios por ir mais bem aviado, sem embargo de estarem as ditas embarcações aparelhadas. E se lhe deram mantimentos para cinco meses com que o dito Francisco Caldeira se deu por satisfeito, e os mestres das embarcações que vão com ele, com o que se deu cumprimento aos ditos capítulos do Senhor Governador, que sobre isso tratam, e de como fo-

Foi ele quem levou a Henrique IV, de França, as informações sobre os recursos e riquezas naturais da nova terra, informações que determinaram a sua exploração à custa da Coroa e, não muito depois, em 1612, a malograda expedição de Daniel de Latouche, o senhor de La Ravardière.

Profundo observador dos usos e costumes dos indígenas, usos e costumes a que, com singular habilidade, se afizera desde o começo de sua residência na Ilha; e havendo-lhes aprendido, com facilidade, a língua, gozava de notável influência entre eles, não só por estas razões, mas ainda pelo seu provado valor nas guerras em que se achara empenhado a favor dos mesmos indígenas. Por todos estes motivos foi em poderosíssimo auxiliar dos missionários franceses na propagação do cristianismo. De des Vaux pode-se dizer que foi o guia dos ousados expedicionários franceses de 1612; foi quem os apresentou e recomendou aos indígenas. Dele, tão-somente dele, dependeram o acolhimento e os primeiros e lisonjeiros resultados daquela expedição. Restaurado o Maranhão do poder dos franceses, foi ele, ainda, o guia da jornada de Francisco Caldeira, recebendo, como prêmio deste seu último serviço a estas regiões, o ser recolhido à Torre de Belém, onde morreu em ferros.

ram todos neste parecer, mandou o dito Capitão-mor fazer este Auto, em que todos assinaram e eu, *Frutuoso Lopes*, tabelião do público judicial, e notas em toda esta conquista do Maranhão que o escrevi. *Alexandre de Moura, Paio Coelho de Carvalho, Francisco Caldeira de Castelo Branco, Diogo de Campos Moreno, Francisco de Frias Mesquita.*”

A certidão, a que no documento acima se referia Alexandre de Moura, é do teor seguinte:

“Respondiendo a lo que el señor Capitan Mayor Alexandre de Moura me pregunta, digo, que el rio llamado Grã-Pará en esta Costa es una de las barras, y bocas del que llaman de las Amazonas, y que ni en uno, ni en otro ay fuerte alguno, ni guarnicion de soldados, ni moradores de ninguna parte da Europa, mas que segun mi lembrança, un soldado frances llamado Rabeau, que alla dexo malato el Capitão de Vaux, e otro, que se huyo de Cumã, e um flamenque, y que aquí del Marañon hasta dichas barras, y puertos no tenemos pilotos que sepã llevar naos grandes por de fuera de los baxos, y por de dentro no navegan, sino navios pequenos, y porque todo lo dicho es verdad lo certifico sobre my fee, y honra, como me parece. Portanto dy esta por my echa y assinada, y sellada com el sello de mys Armas, en el fuerte Sant. Luis, en 8 de deziembre de 1615. *Ravardière.*”⁸

*

Do auto que acabamos de transcrever e mais, da certidão a que ele se refere, e que em muito contribuiu e serviu de base às deliberações tomadas por Alexandre de Moura re-

8 *Documentos para a História da Conquista e Colonização, etc.*

lativamente a esta expedição, a toda a evidência se vê que – aos franceses, notadamente – a de la Ravardière e a des Vaux – deveu Francisco Caldeira o bom êxito da sua jornada: a de La Ravardière, pelas informações, leais e cavalheiramente prestadas, sobre o majestoso rio cuja embocadura ia agora demandar o capitão português; rio que muitíssimo bem conhecia Daniel de la Touche desde a célebre exploração que ali empreendera a 8 de julho de 1613,⁹ e de que conservava copiosíssimas notas e observações durante a mesma colhida; a des Vaux, porque grande língua, prático na terra e muito conhecido em toda ela, foi, de parceria com outro piloto também francês, o único que se arriscou a levar a bom termo a expedição, desde que, convocados a conselho, recusaram-se a fazê-lo os mestres e pilotos das embarcações portuguesas – pelo nenhum conhecimento que tinham, diziam eles, da costa; terminando por confessarem que “nem sabiam como se havia de navegar e que, ao dirigirem eles a navegação, certo era perderem-se os navios”. (Doc. Cit.)

Não fora, portanto, o efficacíssimo e para que não dizer a verdade toda – o concurso único destes dois homens, concurso leal, gentil –, certo a expedição malograr-se-ia ou, pelo menos, dilatar-se-ia por algum tempo ainda, não tendo lugar por então; dando isso ocasião a que holandeses, ingleses e flamengos continuassem na posse do grande rio.

9 *Voyage dans le nord du Bresil fait durant les années 1613 et 1614 par le R. P. Yves d'Évreux*. Publié d'après l'exemplaire unique conserve à la Bibliothèque Imperiale de Paris avec une introduction et notes par Ferdinand Denis, Paris (Leipzig, 1864). Vide cap. VIII – Partida dos franceses para o Amazonas em companhia dos selvagens, e cap. XXXII. Do regresso à Ilha do sr. de la Ravardière e de alguns Principais que o seguiram.

Pode-se, pois, dizer, sem exagero, que aos franceses deveram os da jornada de 1615 a abertura das grandes portas da Amazônia.

Não era que, antes de de la Ravardière, outros viajantes e exploradores franceses por lá já não houvessem andado. Não!

Em 1542, ou cerca de setenta anos antes de Daniel de la Touche, foi a foz do grande rio explorada por Affonso de Xaintongeois. Consta isso do *Manuscrito original de sua viagem* existente na *Biblioteca Imperial de Paris*.

João Mocquet, cirurgião francês e guarda das curiosidades de Henrique IV, visitou suas margens, segundo se vê no *manuscrito do seu relatório*, que se encontra na Biblioteca de Santa Geneveva, sendo muito explícito (pois o seu conservador, o erudito Ferdinand Denis, a quem foi dada a ventura de consultá-lo todo) quando trata do mito das Amazonas, que tanto deu que fazer a Condamine e a Alexandre de Humboldt. Tudo quanto destas mulheres guerreiras referiu ele, soube-o do chefe Anaxairouy, cuja personagem, ou seu homônimo, se encontra na obra de Ivo d'Évreux, acrescentando não ter podido visitar, como desejava, o Amazonas “por serem violentas as correntes para os navios, e mesmo para o seu patacho, que já fazia muita água”.

Tão grandes e tão duradouras impressões deixaram na França todas estas narrações a respeito do grande rio que, quarenta anos depois, convidava o conde de Pagan a Mazarin a reerguerem projetos já esquecidos!

Para a conquista da Amazônia aconselhava ele união com os índios, devendo, na sua opinião, o cardeal de Richelieu aliar-se aos *ilustres* Homagues (Omáguas), aos *generosos* Ysvimanes e aos *valentes* Tupinambás. Nunca, certamente, receberam os selvagens tão pomposos qualificativos!

Seria realmente bem curiosa se se pudesse encontrar essa narração da viagem realizada em 1613 por de la Ravardière,¹⁰ narração a que ele se refere no seu *Sumário do que fiz nestas terras do Brasil*, e que pela riqueza das observações colhidas serviu de base à jornada de Francisco Caldeira. Dela, segundo o afirma Ferdinand Denis, existia ainda uma cópia no tempo de Luís XIII.

E, entretanto, como demonstrou o governo português o seu reconhecimento a serviços tais e tantos?

Como? Fazendo registrar no livro de entradas de prisão da Torre de Belém ao magnânimo chefe francês e a Des Vaux sob o fútil e miserável pretexto de terem eles sido os instigadores da revolta dos índios de Tapuitapera, apesar de haver chegado à corte, ao mesmo tempo, aviso de que fora ela prontamente sufocada pelo sargento-mor Diogo Botelho da Vide. Conseqüências: de la Ravardière ali jazeu, atirado, até 1619; De Vaux morreu em ferros! Perfídia insigne! (*La Ravardière a Puysieux, secrétaire d'Etat. Château de Bethlém (Tour de Belém), 25 - 27 juin 1619 (B. N. Franc. 16/17, vol. 425 Clairambault 1016, vol. 637 v.)*).

Mas, também, por uma dessas justas vicissitudes da fortuna, um dos mais temíveis dos adversários deles, Martim Soares, caía, tempos depois, em poder do *le Choisy*, vaso francês de dezoito canhões comandado por Charles Fleury, de Vatterville.

10 A viagem de Ravardière pelo Amazonas e Maranhão deve estar minuciosamente descrita na grande crônica dos Padres da Companhia existente em Évora. Consultando os sábios trabalhos bibliográficos de Rivera adquire-se esta certeza, pois o cap. 111 deste vasto *Catálogo* trata especialmente do domínio dos franceses nessas regiões.

O descendente do famoso corsário d'Ango assaltou violentamente os portugueses, matando-lhes dez homens; e Martim Soares, coberto de vinte e três feridas, é feito prisioneiro com os quatro últimos sobreviventes (Barão de Studart, *Martim Soares*, p. XV).

Levado prisioneiro para Dieppe, a 6 de dezembro de 1616, daria ocasião a uma troca; mas enquanto Martim Soares, ao fim de dez meses, recuperava a liberdade, permanecia de la Ravardière, durante três anos, no cativeiro! (Asseline *Antiquités et chroniques de la ville de Dieppe*, l. II pág. 192).

Mas a França Equinocial do Maranhão tinha vivido. Em 1620 chegava a Guillebeurg o gentilhomem picardo de la Planque – o último dos colonos que aqui tinham ficado. Em exploração no Pará, na ocasião em que se dava a capitulação de São Luís, havia ele montado o rio até a catarata d'Itaboca, onde o Tocantins, no país dos Pacaiães, faz um salto de vinte e cinco toesas.

De volta a São Luís, após uma viagem de 9 meses, tiveram de la Planque e seus companheiros a dar de aí encontrar os portugueses. Refugiados entre os índios, esperavam durante três anos um bafejo da fortuna; depois resignaram-se. A exploração do Mearim, do Pindaré e Itapicuru, que desembocavam ao sul da ilha do Maranhão; e a do Turiaçu, que se lança no mar, constituem o admirável labirinto das descobertas empreendidas por De La Ravardière.

De la Ravardière era tenaz.

A despeito das objeções que se lhe faziam, pediu e obteve ele, a 27 de novembro de 1624, a renovação de seus poderes de lugar-tenente general na América – do Amazonas a Trindade. “Reponses à plusieurs objections et difficultés

proposées au sieur de La Ravardière sur le dassein que M. de la Loudrière et luy font d'establir dans les Indes d'Amerique”. 1624) B.N., Nouv. acq. franc. 9389, fol. 35). E “Lettres patentes du 27 de novembre 1624”). (B.N. France 4254, fol. 23).

Ocupava-se, em Paris, de organizar a expedição quando uma notícia estalou como um raio: – seu associado, René de Fallensat de Loudrière, governador da Rochella, hasteara o estandarte da revolta, capturando, a 18 de janeiro de 1625, uma esquadra real na baía de Porto Luís. Uma última guerra de religião se abria, guerra que seria mortal para esse “pays de merveilles qu'on peult dire ung paradis terrestre”, exclama Isaac de Razilly (*Memoire touchant la navigation*) e mais mortal ainda para a França Equinocial, eternamente perdida para os franceses. (*Histoire de la Marine Française IV – Enquête d'un empire colonial – Richelieu par Charles de Roncière, conservateur-adjoint, chef de la section de geographie à la Bibliothéque Nationale – Paris Librairie Plon – Plon Naurrit Imprimeurs – Editeurs 8, rue Garancière, 6 – 1910*).

A muitos parecerá, porventura, que, mais do que comportava o programa deste trabalho, nos estendemos aqui. Assim, porém, não o pensamos nós. As linhas que aí ficam tornavam-se necessárias: representam uma justa homenagem, um sincero preito de gratidão. Bem as merecem aqueles que, tornando-se superiores à sua própria desdita, com um cavaleirismo de que não conhecemos exemplo igual na história, abriram o caminho à expedição de 1615!

Assentada a nomeação de Francisco Caldeira para tão importante quão temerosa empresa, baixou-lhe o Comandante-em-Chefe das forças portuguesas o seguinte *Regimento*:

“Alexandre de Moura Capitão-mor da conquista do Maranhão faço saber que o Sr. Governador-geral do estado do Brasil Gaspar de Sousa mandando-me em serviço de sua Magestade a esta dita Conquista me ordenou por seus Regimentos fosse ao Grão-Pará a deitar dele os franceses, que naquela paragem era informado estavam fortificados, e que assim mesmo chegasse ao Rio das Amazonas onde outro se lhe diziam havia estrangeiros, e porque hora claramente se sabe que no dito Rio Pará não há nenhum inimigo, mais que uns três homens, que estes que aqui achei lá deixar, e que nunca houve fortificação, e que outro sim no Rio das Amazonas não há ninguém, como além das informações particulares que tive me afirmou o Sr. de la Ravardière por sua certidão vista a pouca necessidade, que de minha pessoa se oferece na dita paragem, e não poderem ir lá naus de grande porte, por não haver piloto que se atreva a levá-las e, todavia, por dar cumprimento aos ditos regimentos, me parece devia mandar alguma gente, pois havia de sobejo e por reduzir os índios daquelas partes a nossa amizade, que até agora estão a devoção dos franceses, e pelas partes e qualidade do Capitão-mor Francisco Caldeira de Castelo Branco, confiando dele fará neste particular como convém ao serviço de Sua Magestade lhe mandei passar o presente regimento mais para lhe lembrar algumas coisas que para lhe dar regras do que deve fazer, por confiar de sua prudência para de si bastante satisfação.

Primeiramente, saindo embora deste Porto, procura que os nossos marinheiros e gente do mar vão reconhecendo a Costa, assim pela vista e demonstrações dela, como com

o prumo na mão para que com facilidade tenhamos quem possa continuar a dita carreira.

Chegando a Cumã, procurei ter fala daquele gentio e reduzi-lo com facilidade a nossa devoção por ordem do Capitão-mor de Vaux, de quem ele dito Capitão-mor deve fazer muita conta, com a cautela devida. É necessária porque por este caminho venha a conseguir o fim do que se pretende.

Feita esta diligência com a brevidade possível, seguiu-se avante e entrando embora dentro do rio Pará tratara de escolher sítio acomodado para fortificar-se, lembrando-lhe que se não ponha em parte, que indo lá algumas mãos inimigas lhe possam danificar seus navios por serem pequenos, e outro se terá os ditos navios seguros, de modo que sem sua vontade se lhe não possa ir.

Depois de alojados e fortificados com a artilharia que leva que são 10 pessoas entre grandes e pequenas, tratara de reduzir a nós toda a gente circunvizinha, usando do mesmo instrumento, mas De Vaux pelo melhor modo que lhe for possível, e com dádivas que para isso leva e porque o dito Senhor Governador me ordenou que deixasse no dito Pará um capitão sagaz e astuto que esculdrinhe os secretos daquele rio de que está informado tem muitos sendo ele tanto não tenha para que lhe encarecer o particular, só saiba fará muito serviço a S. Majestade desenganadas de abusos.

E porque dizem que em algum tempo do ano vem ao Rio das Amazonas algumas naus de flamengos e ingleses que surgem na boca do rio entre as Ilhas e daí vão em lanchas por ele assim a fazer seus resgates, tenha ele capitão tal inteligência que sabendo estão lá alguns procure no melhor modo que puder com as canoas do gentio tomadas descuidadas pois o devem estar de tal acometimento.

Procurara descobrir onde estão duas roqueiras e um falcão de bronze todos com seus serviços, e duas pessoas de bronze pequeninas de que lhe dará razão o mesmo mas De Vaux por ser um dos franceses que as lá deixaram.

Procure de todo o sucedido avisar ao Sr. Governador-Geral Gaspar de Sousa no melhor modo que puder, e a experiência, e menções da carta lhe mostraram para que com brevidade que lhe for necessário, lho possa acudir e assim mesmo a S. Majestade pela via que mais fácil lhe parecer para que o dito senhor seja informado do que convém a seu serviço.

E porque em nome do Sr. Governador para esta jornada fiz eleição nele, Francisco Caldeira de Castelo Branco, para Capitão-mor dela a ele em nome do Sr. Governador entrego e encarrego esta armada com toda sua artilharia, munições, pólvora e mantimentos com que terá particular cuidado, assim na despesa, como na conservação dele para que por falta de diligência lhe não venha a faltar.

E porque de seu talento e experiência confio, procederá nesta jornada conforme o tempo lhe for mostrando as ocasiões, deixo a seu entendimento muitas causas que aqui lhe pudera lembrar, significando-lhe somente o muito serviço que nisso fará a sua Majestade de quem deve esperar equivalentes mercês, e deste teor se fizeram seus, um que me fica assinado por ele, e este que leva, dado no forte de São Filipe, 22 de dezembro de 1615. *Alexandre de Moura. Francisco Caldeira de Castelo Branco.*”

*

Não foi a nomeação de Francisco Caldeira, como se poderá depreender, talvez, dos documentos acima, exclusiva-

mente devida a sua experiência e talentos. Não. Razões porventura mais poderosas determinaram, na ocasião, a sua escolha, de preferência a tantos outros capitães portugueses, igualmente ilustres e de serviços cheios, que no Maranhão se achavam por aqueles mesmos tempos.

Sem pretender, de leve sequer, desfazer nos méritos do que aqui viria a ser mais tarde o fundador de Belém, temos, por sem dúvida, que a sua eleição para tão elevada empresa foi, no momento dado, o meio único de afastá-lo com honra de São Luís, onde a sua presença se tornara perigosa, já à colônia, pelas rivalidades que exercitara contra a pessoa do velho cabo de guerra Jerônimo de Albuquerque.

Quando, nos primeiros dias de novembro de 1615, apontou às terras do Maranhão Alexandre de Moura, sérias eram as desinteligências, fundas as dissensões que aqui lavravam sobre primazias de comando, chegando elas a ponto de porem em iminente risco a perda da nascente colônia.

Consta isto do Relatório do mesmo Alexandre de Moura sobre a expedição à Ilha do Maranhão e expulsão dos franceses, datado de Lisboa, 24 de outubro de 1616.¹¹

“Parte de Pernambuco (*diz ele nesse importantíssimo documento*), a cinco de outubro de 1615, em uma armada de nove Velas, e nela melhor de 600 soldados entre pagos e aventureiros, e por bem de muitas diligências que mandei fazer tomei terra no Pereya primeira barra do Rio Maranhão de que então se tinha pouco conhecimento e distante da povoação dos franceses. Vinte léguas dele mandei duas embarcações que

11 *Documentos para a História da Conquista e Colonização da Costa do Leste-Oeste do Brasil*, etc.

sondassem os canais e fossem de aviso a Jerônimo Albuquerque com 30 soldados e algumas munições achei se havia passado toda a gente à Ilha dos franceses muito contra razão, *pelo mal que lhe pudera suceder vindo ao inimigo qualquer socorro, estando imediato a ele e tudo dividido em bandos e parcialidades, entre ele e Francisco Caldeira de Castelo Branco e tão arriscado que se uma espada se arrancara se perderam*, consta do requerimento de Jerônimo Albuquerque nº 1 Certidão do Ravardière; nº 2 do requerimento que os soldados lhe fizeram; nº 3 das certidões; nºs 4, 5, 6 e 7 e de um auto que sobre isso mandei fazer. E testemunhas que perguntaram, nº 8.”

Mas, para que não possa restar a mais ligeira dúvida a semelhante respeito, ouçamos Alexandre de Moura: é ele mesmo quem nos vai aqui dizer o motivo da preferência por ele dada a Francisco Caldeira para essa comissão.

“Pareceu-me (lê-se no seu *Relatório*) mandar ao Grão-Pará e Amazonas, pois que com mais facilidade o podia fazer naquela conjunção pela gente que tinha. E por dar cumprimento a um capítulo do meu regimento em que se me ordenava e por me dizer o Ravardière e todos os franceses que tudo o que havia de bom no Maranhão estava naquelas partes, pus em prática a dita jornada assegurando-me o Ravardière que no dito distrito não havia que recear como consta de sua certidão nº 22 em que se encontra (quer dizer – *em que está de acordo*) com Francisco Caldeira e tomando pareceres sobre o particular de que se fez o auto nº 23. Foram todos de acordo se fizesse a dita jornada como do dito auto consta e assim mesmo dele consta que se deu a Francisco Caldeira, a quem para a dita jornada elegi Capitão-mor, tudo o que lhe convinha e ele pediu e lhe dei 150 soldados *de sua parcialidade* afora

outros repartidos em três companhias com seus oficiais *pelos tirar a todos de suceder outro motim no Maranhão...*”

O requerimento de Jerônimo de Albuquerque, sob o nº 1, a que aqui se refere o *Relatório* de Alexandre de Moura, documento do maior valor, em que vaza o heróico restaurador do Maranhão toda a sua mágoa, toda a sua dor pela usurpação de sua autoridade, esquecimento de seus serviços e pelas injustiças e ingratidões sofridas, diz, de Francisco Caldeira, o seguinte:

“Com todo o comedimento possível, porém com a necessidade que a todos é notória, *faço queixa a V. M. Capitão-Mor Alexandre de Moura, do Capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco*, o qual chegando aqui com a gente, e navios que trazia por ordem do Senhor Governador-Geral Gaspar de Sousa, sem achar contradição alguma pelas tréguas, que tinha feito com os franceses, *e vindo para me entregar o socorro, e ir-se de tal modo se deixou ficar nestas partes, que pôs em contingência o bem de meu governo, dando ocasião a perderem-me respeito alguns mal-intencionados, que não faltam em tão longo desterro*, e tantas fomes e trabalhos, e assim tenho entendido que em lugar de repreender aos tais, *houve juntas contra mim*, que me deram cuidado, obrigando-me pela sua assistência, comunicar-lhe as coisas que trazia entre mãos diante do Capitão francês, as quais de maneira agregou assim no meio do meu governo e de minha presença, *que se fez dono de tudo*, e vendo-me perseguido das tentações com que não cessaria momento, me foi necessário, para melhor dissimular, dar-lhe licença por escrito para tratar com os franceses, o que eu com eles tratado tinha já, e avisado a Sua Majestade pelo sargento-mor do Estado Diogo de Campos, que foi por ordem minha a mover os primeiros tratos, e mais importantes sobre os quais me mandou Sua Majestade conservasse o exército até seu Recado, e aviso, como de sua carta

consta, e contudo por me parecer bem ir sempre fomentando esta tensão, chegando-me a lançar fora o inimigo sem derramar sangue, dei a mão ao dito Francisco Caldeira para ir tratar com o Capitão francês como se verá pelo meu assinado, que cheguei para fazer tudo o que de melhor fosse assim para o serviço de Sua Majestade, como para o ter suspenso e bem espiado para quando tivesse ordem do dito Senhor e *todas estas cousas o dito Francisco Caldeira fez a seu gosto lançando-me para daqui a tanto tempo trabalho, e sustento com risco de minha vida e sangue de meus filhos e com tanta perda de minha fazenda mostrando-se o dito Francisco Caldeira em seus papéis dono e repartidor da artilharia*, e do tempo, e mudança dos franceses e seus pagamentos, prometendo e assinando pactos com tanta soltura, *como se nas matérias fora cabeça, não tendo poder para nada* e mandando dizer aos franceses por terceira pessoa como consta da certidão do Capitão francês *se não fiasse de mim, que lhe não havia de guardar palavra*, e assim fiquei odiado com o dito francês, que atrás tinha granjeado, depois da batalha em que o desbaratei esperando eu a troca de meu sofrimento, alguma resolução, e passou o tempo de setembro, e outubro, em que os franceses não entregaram o forte, antes zombaram da confiança que tinha em cuidar que com seis homens lhe haviam de dar, cousa muito digna de zombaria, pelo que muito ao contrário se sabia, e ainda hoje se vê, querendo-me carregar sobre mim a culpa, com protestos do que mal me sucedesse, e para si tomar a traça do bom governo, o que eu já assentado tinha, donde eu esperava, como espero colher o fruto de meus trabalhos, e tanto me vi apertado desta má tensão, que imaginei, pelo que todos lhe ouviram, que trazia para tudo poderes largos do Senhor Governador, mostrando-se em tudo senhor e tão isento que me foi necessário pedir-lhe escrito, que me entregaria a forta-

leza, em caso que os franceses lhe entregassem, porque me temi, que assim como me fizeram da autoridade me fariam da fortaleza, e *assim confesso que tudo o que passei e sofri foi por não cair em bandos nem em guerras civis, nos quais houvera de vir a parar tudo, sem achar quem me aconselhasse, que tomasse armas para dar no francês, antes me meteram em enredos de que me não sei livrar, por me sentir mais para as armas que para papalista, coisa que nunca usei e assim peço a V. M. como zeloso do serviço de Sua Majestade, com protesto, tome conhecimento de todas estas cousas para mandar sejam nulas as processadas e de novo ordenar tudo o que melhor for para Sua Majestade, ser bem servido, pois fui conservando esta conquista até ter outra ordem de S. M. como da dita Carta consta, e para que melhor e mais seguramente V. M. tome conhecimento do que *contra mim cometeu Francisco Caldeira, lhe requeiro da parte de Ds. e d'el-Rei nosso Senhor, que o mande reter com as guardas, que lhe parecer por não usar das invenções que costuma, visto não ter poderes para nada, e de tudo o que mais pudera dizer, e me falta nesta petição, que apresento, me reporto à devassa que tirei de Cristóvão Vaz de Betancor, e R. J. E. M. Hrm^o Albuquerque Maranhão.*”*

*

Precioso, por mais de um título, é o documento que se acaba de ler. Pintura viva e fiel do triste e lastimoso estado a que haviam chegado os negócios do Maranhão, nos últimos dias de outubro de 1615, dele vê-se, ainda, como esteve quase a comprometer-se, se não a se perder, de todo, a grande obra de Jerônimo de Albuquerque.

De acordo com ele – com esse documento se acham as certidões passadas por de la Ravardière, Diogo de Campos

Moreno, Alferes Braz Murrello, Simão Nunes Carola, alferes Francisco Navais de Campo, capitão João de Sousa Dormonde; e mais os depoimentos de Martim Soares Moreno, Pe. Lobato, Jerônimo de Lucena, Antônio da Rosa Barracho e Manuel Gomes, testemunhas ouvidas num *Auto* que, a esse respeito, mandou fazer Alexandre de Moura.

Pe. Lobato (para só citar um), depondo, depois de se referir, como todas as outras testemunhas, às discórdias que lavravam entre Jerônimo de Albuquerque e Francisco Caldeira, por se querer este arrogar a supremacia do mando na Conquista do Maranhão, assim conclui:

“... quando la Ravardière soube que a Armada estava recolhida em St^a Anna (*ilha de St^a Ana, antiga Upaon-merim dos indígenas, nas costas do Maranhão*), dissera com alguns pilotos que não podia dela sair senão depois de passado o verão. E quando o viu entrar ficou atônito com todos os seus dizendo que Ds. fazia milagres por nós *e que outro se senão chegara a nossa Armada tão cedo se perdera nossa gente*, assim por respeito do fogo que lhe abrasou as armas e munições (referia-se ao incêndio havido no quartel de Jerônimo de Albuquerque) como estavam na Ilha junto aos franceses e mui esparridos por toda ela, sem ordem de milícia, *como também pelos bandos. E dissensões que havia entre os portugueses.*”

Este, bem como todos os outros depoimentos, foi escrito pelo tabelião Frutuoso Lopes, contendo, além da assinatura do depoente, a do capitão Francisco de Frias Mesquita, engenheiro do estado do Brasil, por sua Majestade, provedor da sua fazenda e auditor-geral da província do Maranhão, segundo tudo nas mesmas se lê.

Do que fica dito, claro está que, mais do que aos seus próprios merecimentos, foi a eleição de Caldeira principalmente oriunda da necessidade de afastá-lo da nascente

colônia, onde a sua presença tão perniciosa havia sido à boa direção dos negócios públicos e onde, a permanecer ela como até então, tornar-se-ia mais tarde, talvez, a origem de novas e mais sérias perturbações.

Assim o compreendeu Alexandre de Moura. E de que se não enganara o velho e experimentado cabo de guerra, e antes com grande acerto e previdência procedera, temos a prova nos acontecimentos que, quatro anos mais tarde, pondo em sobressalto a pequenina cidade de Belém, deram em resultado a deposição e prisão do mesmo Caldeira em setembro de 1619.

*

Mas, voltemos ao fio principal da nossa narrativa.

Assentada, como já vimos, a eleição de Francisco Caldeira para capitão da jornada que tinha por fim o descobrimento e conquista do Grão-Pará e Amazonas, partiu ele de São Luís a 25 de dezembro de 1615, à testa da expedição para esse fim organizada e que se compunha de três embarcações: — um patacho, um caravelão e uma lancha grande de quem eram respectivamente capitães — Pedro de Freitas, Álvaro Neto e Antônio da Fonseca¹² que, por sua vez, também tinham como subalternos o alferes Pedro Teixeira, que assinalados

12 *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, em que se dá notícia do seu descobrimento e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718: oferecidos ao augustíssimo Monarca D. João V, nosso senhor, escritos por Bernardo Pereira de Berredo, do Conselho de S. Majestade, Governador e Capitão-Geral, que foi do mesmo Estado, e do Mazagão. Lisboa (28). Na oficina de Francisco Luís Ameno, Impressor da Congregação Camarária da Santa Igreja de Lisboa. MDCCXLIX. Com as necessárias licenças.

serviços prestara já em Guaxenduba e que outros, muitíssimos assinalados mais, viria a prestar depois no Amazonas; e o Capitão Antônio Pereira ou, segundo Marcos Jiménez de la Espada, Andrés Pereira, a quem devemos hoje o pouco que decerto sabemos desta grandiosa empresa.

Por piloto-mor da expedição foi Antônio Vicente Cochado, com a incumbência, naturalmente, de sondar a costa, levantar roteiros, dar a notícia exata da nova terra e educar e aparelhar, assim, para ulteriores expedições, os pilotos portugueses que da mesma faziam parte; porque a navegação, essa, segundo já vimos, foi exclusivamente dirigida pelos pilotos franceses – Des Vaux, e um outro companheiro seu, cujo nome, infelizmente, se perdeu de todo para a História.

Para esta conquista entregou Alexandre de Moura a Francisco Caldeira 150 homens à sua escolha, dentre os de sua parcialidade, repartidos em três companhias, além dos índios que pudessem servir, não só ao maneiio das embarcações do seu transporte, senão de *línguas*, capazes de atrair aos portugueses e muito gentio, de quem se dizia povoada a costa e entrada daquele majestoso rio.

Iam, todos, pagos de soldo e comedorias por cinco meses adiantados.

Completavam os aprestos da expedição: – dez peças de artilharia entre grandes e pequenas, oito quintais de pólvora e armas e munições bastantes.

Como remate de tudo baixou Alexandre de Moura o seu *Regimento*, que traz a data de 22 de dezembro de 1615.

Do que se passou durante a viagem, melhor do que o poderíamos dizer, deixou-nos escrito o Capitão Antônio Pereira na sua

“Relação do que há no grande Rio das Amazonas novamente descoberto.

“Primeiramente, depois que o Capitão-Mayor Alexandre de Moura deu fim no Maranhão ao que tocava ao Serviço d’el-Rei em deitar fora ao inimigo como fez, e vendo a terra pacífica e povoadas as fortalezas como lhe pareceu necessário; pôs por obra mandar fazer este novo descobrimento do grande rio dos Amazonas e para também se saber o que havia no Cabo do Norte, conforme a Ordem que para isso levava do Governador-Geral do Brasil Gaspar de Sousa. E assim mandou 150 homens em três Companhias, e por Capitão-mor delas a Francisco Caldeira de Castelo Branco em três embarcações.

“Partimos para esta jornada dia de Natal passado em que se deu princípio a esta Era de 1616 correndo sempre a costa e dando fundo todas as noites, tomando as conhecenças da terra, e sondando sempre, fazendo Roteiros pelo piloto Antônio Vicente Cochado¹³ de que ele dará boa relação por ser a quem o dito Capitão-mor Alexandre de Moura

13 Não *Machado*, como se lê no autor dos *Anais Históricos do Maranhão* – Livro VI – 500. Fez parte da expedição que, em 1617, sob o comando de Manuel de Sousa d’Eça, veio em socorro do Pará e da que, mais tarde, a mando do capitão Luís Aranha de Vasconcelos, saiu de Lisboa com instruções especiais do governo castelhano – de sondar o rio das Amazonas e reconhecer todos os sítios que, com intruso domínio, nele ocupassem os holandeses e quaisquer outras nações da Europa; expedição essa que chegou a Belém a 20 de maio de 1623, havendo tocado antes em Pernambuco onde o recebeu, bem como uma caravela e 17 soldados. Era considerado então o maior prático dos rios do Pará e Amazonas. Assistiu também aos combates contra os holandeses, ingleses e franceses, e acompanhou Bento Maciel Parente ao Cabo do Norte.

mandou por piloto-mor deste descobrimento e está nesta Corte.

“Chegadas a este grande rio, e tendo andado 150 léguas pela costa, e o rio tem de largo 120 léguas, tudo água doce até entrar no mar 60 léguas, em aquele tempo trazia mui furiosa corrente por ser inverno, entrou a Armada por um braço estreito que está na ponta a que chamam de Saparará, na parte de leste, e não dando que da mais largura do rio fomos sempre por entre ilhas caminhando pelo rio acima e falando com o gentio que havia naquelas partes que facilmente com¹⁴ vontade¹⁵ aceitava nossa amizade dizendo que nós éramos os verdadeiros valentes pelo muito que tínhamos feito com os franceses, e mais nações que naquela costa eram nossos inimigos.

“Por todas aquelas partes mostravam as terras serem fertilíssimas de madeiras, e na bondade delas, cheias todas as ilhas de muita cana;¹⁶ e chegando ao sítio aonde fizemos fortaleza por el-Rei nosso Senhor, que será 35 léguas pelo rio acima para o sul, por parecer ali ao Capitão-mor bom sítio, trabalhando nela se soube de um francês que ali andava fugido do Maranhão, como em umas aldeias do gentio que estão pelo rio mais acima andava um flamengo que ali tinha deixado outros para ter aprendido a língua, e hão querido¹⁷ assim o

14 As notas que se vão ler, relativas a este documento, mostram as principais variantes da cópia de que se serviu Marcos Jiménez de la Espada para publicar o mesmo documento na obra – *Viage Del Capitan Pedro Teixeira*. Madrid. Imprensa de Fortanet, 1889; in 8º.

15 com *boa* vontade.

16 de muita *casa*.

17 ter aprendido a língua e *adquirido* assim o gentio. [Cremos não ser *adquirido* e sim *hão querido*, pois no original está *am querido*. Nota desta edição.]

gentio para seus tratos, e que também esperava por um irmão seu para povoarem naquela parte onde agora está a nossa fortaleza e donde havia poucos dias se tinham ido três embarcações de flamengos como depois confessou o mesmo flamengo.

“O Capitão-Mor Francisco Caldeira o mandou vir a este dito flamengo, do qual tivemos certa relação dos inimigos holandeses e flamengos que estão no Cabo do Norte de que tínhamos muita notícia,¹⁸ e como estariam 290¹⁹ até 300 homens repartidos em suas fortalezas de madeira e como tinham dois engenhos de açúcar de que carregavam alguns navios, com o mais que a terra dá de si.

“Soubemos mais de alguns gentios que de muito longe pelo rio acima vinham a ver os portugueses e ser seus amigos como ao pé de umas terras que estavam [...] à fortaleza 150 léguas, estavam 25 velas²⁰ com muita gente fortificando-se, tendo mulheres consigo, como já vinham a esse efeito. Estas terras diz o gentio que são escalvadas, sem mato, e alguns homens experimentados dizem que estas são as terras que ali vêm dar do Peru como muitas cartas de marear também o mostram, e que há ouro nelas, e mais metais!

“Tem o Capitão-Mor²¹ duas pérolas querendo mandar avisar²² disto a Sua Majestade as quais diz um Capitão²³ digo, as quais lhe deu um índio que disse as achara comendo

18 muita *notícia*.

19 250 homens.

20 *que estarão de nossa* fortaleza 150 léguas estavam 15 velas.

21 *Teve* o capitão.

22 querendo *avisar*.

23 capitão *francês que ali foi*.

ostras assadas, e as deitava fora ignorando o que era, dizendo que as ostras que tinham muito daquilo havia-as 70 léguas pelo rio acima em fundo de duas braças;²⁴ ao Senhor Marquês d'Alenquer vieram estas duas pérolas algum tanto curvas²⁵ por serem assadas na forma que digo, e a casca das ostras em que elas nascem é madre pérola muito fina.

“Neste rio se acharam também duas pedras antes de virmos a ele de muito esmero²⁶ as quais diz um capitão francês que ali foi por língua foram roubadas por um inglês ao francês que as levava, e corre demanda em Inglaterra sobre elas, e que estão avaliadas em muitos cruzados.

“O rio parece capaz para mui grandes causas por ser da largura que digo, e as terras muito férteis com muita diversidade de madeiras, como as do Brasil e mais avantajadas por serem árvores notavelmente grandes entre as quais há um pau a que o gentio chama Catiara mui lindamente debuxado e gracioso à vista. Há neste rio em todas as partes dele muito gentio por extremo de diversas nações, o mais dele muito bem encarado sem barba; trazem os homens cabelo comprido como mulheres, e de muito perto o parecem de que pode ser nasceria o engano que dizem das Amazonas; pois não há outra cousa de que a este propósito se pudesse deitar mão.

“As mercadorias que este gentio vende aos holandeses são algodão, tinta de urucu, que é como grão, alguma pita e é este pau cotiario com outras sortes de madeiras, que não

24 as achava comendo ostras que tinham muito daquelas *umas* 70 léguas pelo rio acima em fundo de *uma* braça.

25 algum tanto *escuras*.

26 de muito *grueso*.

faltam, tabaco, e dizem que há castores, e este Capitão francês que ali nos serve de língua disse lhe deram uma pele de um muy fina.

“Das entradas e saídas deste rio do fundo, e tudo o mais que é necessário para entrar Armada ou sair dele tem o piloto Antônio Vicente feito seus Roteiros em forma de que dará razão pois é arte sua.

“Havendo o Capitão-mor Francisco Caldeira de Castelo Branco de mandar disto aviso a Sua Majestade, depois de termos feito a fortaleza em que fica e da gente dita²⁷ nos mandou a André Pereira e a Antônio da Fonseca, Capitão de Infantaria cada um de sua Companhia das daquele presídio –, parecendo-lhe acertava assim, e por no decurso da viagem não haver²⁸ entre eles paixões, Antônio da Fonseca se ficou na Ilha Terceira não querendo dar fim à sua viagem na conformidade que vinham na nau em que São Domingo²⁹ se embarcaram, sendo mui segura, e se deixou ficar com alguns papéis que tinha em sua mão, sendo requerido se embarcasse pelo que importava ser el-Rei avisado e não querendo dar os papéis ao dito André Pereira se veio na dita nau trazendo consigo o piloto que para a entrada deste rio era necessário, e esta amostra que trouxe ao Senhor Marquês de Alenquer, e Viso-Rei de Portugal, e por cuja via lhe foi enviada do Capitão-mor Francisco Caldeira.

“Esta é a verdade, e o que há neste famoso rio sem haver nos papéis que ficaram na mão de outro Capitão cousa

27 fica *com* a gente dita.

28 e por no discurso da viagem haver.

29 nau que em Santo Domingo.

alguma mais de consideração somente a petição que se faz de socorro para aquela gente e que Sua Mjestade faça nisto o que for serviço³⁰ como cousa sua etc. – O *Capitão Antônio Pereira*.³¹ [Conforme o exemplar da Biblioteca Pública de Madri e a cópia em meu poder – Varnhagen.]

*

Ao que nos conste, é este o documento único, se não existente, pelo menos até hoje divulgado, relativamente à expedição de Francisco Caldeira de Castelo Branco.

E, esse mesmo, falho, incompleto.

Quanto ao mérito da narrativa, sob o ponto de vista literário, é, como se acaba de ver, nulo. Já o havia dito Artur Viana – o laborioso e infatigável diretor que foi da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, tão prematuramente arrebatado pela morte às letras pátrias. A sintaxe, confessa o ilustre bibliófilo, é intolerável; mas, se levarmos em linha a profissão do escritor e os achaques de que padeciam as letras ao tempo, tudo se desculpa.³²

Há, porém, um ponto em que a narrativa ou a *Relaçam*, como a denominou o seu próprio autor, o Capitão Antônio Pereira, torna-se de um valor único, sem par, é – quando determina a data certa, precisa, da partida da expedição do

30 o que for servido.

31 o Capitão Andrés Pereira.

Doc. nº 323 do Catálogo da Exposição de História do Brasil.

32 *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará – Primeira Série – 1616-1700*. Pará – Brasil. Imprensa de Alfredo Augusto da Silva 12. Praça Visconde de Rio Branco – 1902.

porto do Maranhão, data que por muito tempo andou obscura, incerta, para não dizer errada.

Com efeito, se considerarmos que Berredo, para não irmos mais longe, Berredo – o túrgido, obscuro e fastidioso cronista – como o denomina João Lisboa; Berredo, que foi governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, e que, como tanto alardeia sempre nos seus *Anais Históricos*, muito revolveu os arquivos; que Berredo,³³ com todo o peso da sua autoridade, pág. 145 da sua já referida obra, diz, tratando da jornada de Francisco Caldeira, que “se fez esta à vela da mesma baía do Maranhão, *avançado já o mês de novembro*”, e um pouco mais adiante, pág. 176, acrescenta que “sem a menor oposição desembarcou as suas tropas *em 3 de dezembro*, dia dedicado à festividade de São Francisco Xavier, Apóstolo da Índia Oriental”, quando é coisa certa e sabida hoje que, em 11 desse mesmo mês, se encontrava ainda Francisco Caldeira em São Luís, ultimando os aprestos mais indispensáveis à expedição, segundo se viu já, fls. atrás, do *Regimento* a este dado por Alexandre de Moura, documento esse passado no forte de São Filipe e que traz a data de 11 de dezembro de 1615, documentos em que se acham assinados ambos – Alexandre de Moura e Caldeira. Se, repetimos, considerarmos tudo isso, se verá desde logo a importância, o valor capital de que, sob este aspecto, se reveste a *Relação* do capitão Antônio Pereira.

Como Berredo, ou antes copiando a este escritor, com ligeiríssimas variantes, a mesma coisa escreveram os cronistas e historiadores que se lhe seguiram, tais como: o padre

33 *Anais Históricos do Estado do Maranhão* já cit. Edição de MDCCXLIX.

José de Moraes,³⁴ que dá Francisco Caldeira como saído do porto de São Luís “nos fins de novembro de 1615” e chegado ao termo de sua viagem “dia de São Francisco Xavier, Apóstolo das Índias, a quem eles tomaram por feliz anúncio da sua expedição, e como principal Padroeiro de toda aquela conquista, motivo por que na casa da Alfândega se conservou por muitos anos a sua imagem em um excelente quadro”; Baena,³⁵ Constâncio³⁶ e Southey,³⁷ para não falar já de outros da mesma nota, dissentindo apenas dessa corrente o ilustre visconde de Porto Seguro,³⁸ único, de todos eles, de quem já então conhecida era a *Relação* do Capitão Antônio Pereira.

34 *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão*, cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas, corrigidas e anotadas por Cândido Mendes de Almeida – *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*, pelo Padre José de Moraes da mesma Companhia – Tomo primeiro – Rio de Janeiro. Tip. do Comércio, de Brito e Braga – Travessa do Ouvidor, nº 14 – 1860.

35 *Compêndio das Eras da Província do Pará*, por Antônio Ladislau Monteiro Baena. Pará, 1838. Tipografia de Santos, e Santos menor, Rua d’Alfama, nº 15.

36 *História do Brasil, desde o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I*, por Francisco Solano Constâncio. Com um mapa do Brasil. Paris, na Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud; Voltaire, nº 11. 1839.

37 *História do Brasil*, traduzida do inglês de Roberto Southey pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro. Livraria de B. L. Garnier, Rua do Ouvidor, 69. Paris, Garnier Irmãos, editores, Rua des Saint-Pères 6. 1862.

38 *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, pelo Visconde de Porto Seguro. 2ª edição muito aumentada e melhorada pelo autor.

Pena é, e muito, para lastimar, que não venha nesse documento assinalada a data da chegada da expedição ao porto do seu destino – razão por que o tachamos, há pouco, de falso e incompleto; ficando, assim, para sempre mergulhado no mais impenetrável mistério o dia certo, preciso, da fundação da hoje tão formosa quão opulenta e florescente *Belém* do Pará.

*

A quem conhece, mesmo nas suas linhas gerais, a história da expedição francesa ao Maranhão, e a compara com essa que, em 1615 empreendeu a conquista do Amazonas, não é possível que escape o pronunciado antagonismo, o absoluto contraste de ambas.

Na *missão francesa* de 1612, tudo é grande, nobre, elevado, denunciando, desde logo, o espírito superior que a ela presidiu.

É a sua mesma organização perfeita, ainda nos seus mínimos detalhes; é o meticuloso cuidado com que tudo se apresta, tudo se arruma e dispõe para a viagem, nada ficando ao acaso. É o tino admirável de Daniel de La Touche, protestante e chefe da expedição, o qual em vez de associar a si, como seria talvez de supor, sectários de sua religião para ser bem sucedido nesta empresa, entra, sem hesitar, em conferência com católicos proeminentes e leais, tais como: o almirante Francisco de Razzily, uma das mais antigas glórias da França, e Nicolau de Harlay, uma das maiores sumidades financeiras daquele tempo; é, finalmente, o convite que faz, e aceito é, para colaborarem nesta empresa, a quatro missionários capuchinhos dos mais insignes que terras e sertões brasileiros jamais devassaram e, dentre os quais, dois – Claude

d'Abbeville³⁹ e Yves d'Évreux,⁴⁰ por uma feliz coincidência viriam a ser, mais tarde, os historiadores dessa mesma missão, o que levou Ferdinand Denis, o douto bibliotecário de Santa Genoveva, a excluir que “em todo o século XVII não conheceu transação outra entre católicos e protestantes mais leal e desinteressada; tendo sido, na verdade, uma empresa digna de contar em seu seio o padre Ivo d'Évreux, tão sincero como justo!”⁴¹

Da história da expedição francesa, nada se perde; tudo é claro, metódico, preciso.

Sabe-se, por exemplo, até nas suas menores particularidades, o dia, a hora exata de sua partida que desferrou do porto de Cancale às seis e meia horas da manhã de 19 de março de 1612; que se compunha de três navios – *Regente*, *Carlota* e *Sant'Ana*, e os nomes dos seus respectivos comandantes, das tempestades que os acossaram nos primeiros dias da viagem e da sua arribada a diversos portos da Inglaterra. E não somente isso.

Sabe-se mais que a 23 de abril prosseguiram os expedicionários a sua derrota, achando-se, a 24, em frente ao cabo Lisard, na Inglaterra; que segunda-feira, 7 de maio, pelas seis

39 *Histoire de la Mission des Peres Capucins en l'Isle de Maragnon et terras circonvoisines où est traicte des singularités admirables et des Moeurs merveilleuses des Indiens habitans de ce pais avec les missions et advis qui ont este annoyer de nouveau.* Par le R. P. Claude d'Abbeville Predicateur Capucin. A Paris de l'Imprimerie de François Huby, rue St^e Jacques a la Bible d'Or, et en sa boutique au Palais en la gallerie des Prisonniers. 1614.

40 *Voyage dans le nosd du Brésil fait durant les années 1613 et 1614, publié d'après l'exemplaire unique conserve à la Bibliothéque Imperiale de Paris avec une introduction et notes par F. Denis.* Paris (Leipzig), 1864.

41 José Ribeiro do Amaral – *Fundação do Maranhão.* Maranhão, 1912.

horas da manhã, navegavam entre Fontaduanture e a grande ilha das Canárias, alcançando, daí, a costa da Barbaria, a qual principiaram a avistar, terça-feira, à meia-noite, na altura de 26° e 2/3. Que, às 10 da manhã, passaram o cabo Bojador e, costeando sempre as praias da Barbaria e da África, acharam-se, sexta-feira, 11, pelas oito horas da manhã, na ponta NE do rio Loro, sob o trópico de Câncer; que atravessaram, sábado, o cabo de Barbes a 22° de altura, e domingo, 13 do mesmo mês, chegaram ao Cabo Branco onde, por cinco dias, ficaram ancorados na altura de 20° 25' e 3" de variação da agulha. Dali partindo, sexta-feira, 18, às quatro horas da tarde, ficando-lhes, sábado, 19, o sol no zênite a dardejar-lhes perpendicularmente os raios sobre as suas cabeças.

“Estans pour lons [diz um dos historiadores⁴² da missão] à la hauteur de dix neuf degrez et demy, de sorte que tout ce que nous fichions sur le tillac, comme cousteaux, espées et autres choses semblables ne rendoit aucun ombre, ny l’homme mesme estant debout, principalement a midy.”

Continuando a sua viagem, refere-se mais o historiador à passagem da expedição pela costa de Guiné, entre as ilhas de Cabo de Verde e o próprio cabo, assinalando àquelas a sua posição geográfica; fala-nos dos reinos de Mandinga, Jallophes e Sappez, do cabo de Palmas e, finalmente, da chegada dos expedicionários à linha equinocial, a 13 de junho, duas horas depois do meio-dia.

Passada a Linha, conta-nos ainda o venerável missionário como, decorridos alguns dias mais, foram ter a Fernando de Noronha, cuja situação geográfica é ainda determinada

42 Claude d’Abbeville – *Obr. cit.*, cap. III, pág. 27.

e acompanhada, na mesma obra, de uma descrição da ilha, seus recursos, e de como aí empregaram o seu tempo os da expedição, nos curtos dias que lá descansaram para refazerem-se das fadigas de tão trabalhosa viagem.

E, assim por diante, se mais longe quiséssemos ir.

Onde, porém, o trabalho do cronista ou historiador da *missão* se revela admirável, verdadeiramente impecável, quando descreve a chegada desta à Ilha do Maranhão e se ocupa dos acontecimentos que se seguiram.

Graças a ele – esse precioso livro – sabemos nós, hoje, nós os maranhenses – e, conosco, todos quantos procuram conhecer a nossa história, que de la Ravardière e os seus companheiros, zarpando da ilha de Upaon-miri, por eles já denominada de Santana, na manhã de 5 de agosto, saltaram, às seis, na Ilha Grande ou São Luís do Maranhão; que domingo, 12, foi, pela primeira vez, aqui celebrado o Santo Ofício da Missa por cada um dos quatro missionários capuchinhos vindos na expedição. E, finalmente, que a 8 de setembro, dia da Natividade da Santíssima e Imaculada Virgem Maria, teve lugar a implantação da Cruz, procedendo-se em seguida à bênção da Ilha, ao troar da artilharia dos fortes e dos navios franceses e dando, por essa ocasião, de Razilly, à fortaleza, o nome de *Forte de São Luís*, e, ao ancoradouro, o de *Porto de Santa Maria*, ato esse que pela excepcional magnificência e solenidade de que se fez revestir, foi e é considerado como o auto da fundação da cidade.

E que diremos dos processos empregados pelos chefes da missão e pelos seus excelsos cooperadores – os capuchinhos franceses – para trazerem ao convívio da civilização os pobres índios; processos brandos, doces, tão outros dos que se serviram mais tarde os conquistadores. Processos tais

que, nunca, durante todo o tempo que durou a ocupação francesa no Maranhão, tiveram eles, um dia sequer, de recorrer às armas ou a um meio violento qualquer para conter ou reprimir os indígenas? E a ocupação francesa durou três anos!

Como se vê, é o trabalho do padre Cláudio – a narração é fiel, completa e autêntica de todos os acontecimentos referentes à primeira missão francesa – desde a sua organização em Paris até a retirada, para a França, do seu autor, nada escapando ao espírito profundamente observador do virtuoso missionário que, pelos termos claros e precisos de que se serve sempre na sua narrativa, e cores vivas de que a reveste, permite-nos conhecer, ainda hoje, volvidos três séculos já, o lugar certo e determinado onde a piedade dos expedicionários franceses erigiu a primeira cruz; da construção da primeira capela e conventinho de São Francisco; a situação do forte, berço da futura cidade, e muitíssimas coisas outras nos seus menores detalhes.

Da expedição portuguesa de 1615 poder-se-á dizer outro tanto? Que contraste!

Na *Relação* de Antônio Pereira que, da expedição de Francisco Caldeira é o documento único e autêntico que possuímos, ou, pelo menos, que conhecemos, tudo é vago, impreciso, obscuro, quase desconhecido. A não ser o dia da partida de São Luís – 25 de dezembro de 1615, não há uma só data sequer a pontuar-lhe a sua narrativa.

Basta dizer que, do fato primordial dela, fato de que decorreram todos os outros – chegada da expedição ao termo da sua derrota e o lançamento dos primeiros alicerces da futura cidade – nada, absolutamente nada, se sabe, pois, como já vimos folhas atrás, não merecem, não podem de forma alguma merecer fé esses que a dão como desembarcando em terras da Ama-

zônia a 3 de dezembro, quando é certo e claramente se viu já que, a 22 desse mesmo mês se encontrava ainda Caldeira em São Luís, ultimando os aprestos para a sua jornada.

No *Regimento* deixado por Alexandre de Moura a Francisco Caldeira, entre instruções outras diversas de menor relevância, a este muito particularmente se recomendava:

1º que, saindo deste porto [São Luís], procurasse que os marinheiros e gente do mar fossem reconhecendo a costa, assim pela vista e demonstração dela, como com o prumo na mão para que com facilidade tivessem eles [os portugueses] quem pudessem continuar a dita carreira.

2º que, chegando ao Cumã, procurasse ter fala daquele gentio e reduzi-lo à dominação portuguesa por ordem de Des Vaux, de quem ele, Francisco Caldeira, deveria fazer muita conta com as cautelas devidas e necessárias, a fim de que, assim, viessem a conseguir melhor o que pretendiam.

Verdade é que na sua *Relação* nos diz o capitão Antônio Pereira: “Partimos para esta jornada dia de Natal [...], correndo sempre a costa e dando fundo todas as noites, tomando as conhecenças da terra e sondando sempre, fazendo roteiros pelo piloto Antônio Vicente Cochado de que ele daria boa relação por ser a quem o dito Capitão-mor Alexandre de Moura mandou por piloto-mor deste descobrimento, e está nesta Corte.”

Mas isto, como se vê, muito vagamente, muito por alto. Quanto a datas, então, nem uma palavra sequer.

A dar-se crédito ao testemunho do Capitão Antônio Pereira – e razão não há para que se o não dê – fizeram-se os roteiros recomendados por Alexandre de Moura no seu *Regimento*, mas, ou deles não deu o piloto Vicente Cochado a *boa*

relação de que trata o trecho acima transcrito, ou, se os deu estão eles, talvez, irremissivelmente perdidos, com gravíssimo prejuízo para o estudo da história pátria.

Do Cumã, cuja exploração constituía a segunda parte das instruções recebidas por Caldeira, do Cumã, vastíssima e ubérrima região onde, àquele tempo, além de uma maloca de índios de uma mesma nação – da Ilha Grande e de Tapuitapera – se derramavam de 15 a 20 aldeias, cujos nomes, bem como os dos seus *principais* ou chefes vêm referidos em Cláudio d’Abbeville; do Cumã, cujas aldeias eram mais povoadas que as da Ilha Grande e Tapuitapera, e onde, segundo este ilustre missionário, contavam-se então cerca de 10 mil índios, unidos todos por uma aliança ofensiva e defensiva, como se uma só nação fossem; do Cumã, repetimos, nada, absolutamente nada, nos diz o autor da *Relação*.

E assim permanecemos, a esse respeito, na mais impenetrável obscuridade.

Teriam tocado lá? Neste caso, que impressão lhes haveria deixado o aspecto daquela terra virgem e para eles totalmente desconhecida?

Teriam tido fala como os índios e, com facilidade, os reduzido à sua *devação* [*sic*], como tanto lhes fora recomendado por Alexandre de Moura? Nesta última hipótese, de que valor lhes teria sido o concurso de Des Vaux?

Do Maranhão ao Gurupá – diz-no o padre Antônio Vieira nas suas *Vozes Sandosas* – havia para mais de 500 aldeias, muito numerosas todas, e algumas delas tanto, que deitavam quatro e cinco mil arcos. Em uma das muitas cartas que costumava escrever ao Rei computava-as em mais de dois milhões de gentios com 500 povoações. Possível é que houvesse

não pequena exageração da parte do insigne jesuíta. Em todo o caso, não deveriam ser em pequeno número as aldeias deramadas por toda a extensíssima Costa.

Teriam os expedicionários tido trato com elas? Quando, em que dia aí tocaram? Que resultados teriam eles colhido de uma jornada que, na melhor de todas as hipóteses, não poderia ter sido menor de 20 dias?

Mistério, absoluto e insondável mistério para a História! Nada se sabe.

Onde, porém, a *Relação* é um pouco mais explícita, onde alguma coisa mais, que se possa aproveitar nos diz, é quando trata da chegada da expedição ao grande rio das Amazonas e do que lá viram e encontraram os expedicionários. Mas tudo isso muito vagamente, sem importância quase, a não ser a denúncia de já, por lá, existirem *holandeses* e *flamengos* no Cabo do Norte.

Eis porque – da expedição de Francisco Caldeira – dissemos que tudo é vago, impreciso, obscuro, quase desconhecido.

*

Partindo de São Luís a 25 de dezembro de 1615, correndo sempre a costa rumo ao noroeste, com mais ou menos declinação até vencer os baixos de Ipioca, andando só durante o dia e com todas as precauções como muito recomendado fora, chegou Francisco Caldeira, após alguns dias de viagem, defronte da Barreta que forma a entrada da atual cidade da Vigia.

Prosseguindo a sua jornada, passou a expedição a baía chamada do Sol e a ilha do mesmo nome a qual, diz Berredo: “era o sítio por todos os princípios mais acomodado para a sua conquista e povoação”; e “um dos mais agradáveis lugares desta Costa para fundar uma cidade”, observa o padre José de Moraes acrescentando, logo em seguida, “a não serem seus mares tão inquietos que faziam dificultoso o desembarque das naus do Reino e embarcações da terra, por ser açoutada toda aquela Costa das grandes maresias da tarde, algumas vezes com trovoadas que de manhã perdem os mares a fúria, nem são os gerais [ventos] tão rijos que causem receio”.

Subiu, finalmente, Caldeira um pouco mais e, em uma península à direita do rio Guamá, ao desembarcar no Guajará, aí, no lugar que melhor lhe pareceu, foi assentar a povoação.

“Mal escolhido fora o local”, nota Roberto Southey; “quando sete ou oito léguas atrás deixara Caldeira uma ilha chamada do Sol, que, diz Berredo, ser em todas aquelas paragens a melhor situação para uma colônia. Belém, porém, fica entre pantanais e em lugar tão indefensável que, segundo a mesma competente autoridade, apesar de todas as suas obras exteriores e fortificações, é, na dificuldade da barra, a seis léguas da cidade, que consiste a sua maior segurança.”

Se assim é, que razões seriam essas, perguntaremos nós agora, que tão poderosamente teriam influído no espírito de Caldeira para a preferência por ele dada a esse local, quando, em condições melhores, mais apropriado ao fim a que se propunha, já havia deixado ele, outro, em caminho?

A nós, se nos afigura que – uma, exclusivamente uma – a grande analogia que se lhe deparou entre esse local de que acabava de tomar posse e o do Maranhão, donde partira triunfante das armas francesas.

Supersticiosos, como em geral quase todos os portugueses daquelas eras, pareceu-lhe isso um bom agouro para o futuro da nova capitania.

E, assim, não hesitou.

Efetivamente, comparada a topografia dos dois estuários, guardadas, já se vê as proporções devidas, bem se nota desde logo, a perfeita semelhança que há entre ambos.

“Em lugar do rio Mearim – observa o ilustre visconde de Porto Seguro – temos aí o grande Amazonas; em vez do Itapicuru, enfiando-se pela baía do São José, temos o Tocantins e o golfo, que se chamou rio do Pará, comunicando com o mesmo Amazonas pelo furo ou canal de Limões e pelo de Tajipurús, o qual separa do continente a ilha de Marajó, de figura oval e obra de seis tantos maior em superfície que a do Maranhão. Tem pois bastantes parecenças esta nova paragem com a do Maranhão; sendo principalmente [unicamente – diria melhor talvez o nosso historiador] a diferença de ser na foz do primeiro rio da terra tudo mais grandioso: águas, ilhas, porto, tudo parece formar um labirinto sem fim.

“Preferiu Caldeira uma paragem aquém da Ilha de Marajó, análoga, respectivamente, a esta, a do forte de Santa Maria da Guaxinduba, relativamente à Ilha do Maranhão. Deixando pois a ilha de Marajó à mão direita foi costeando, desde a Tijioca, as terras e ilhas que ficam aquém daquela, comunicando por vezes com os índios e contando-lhes as proezas contra os franceses no Maranhão, até que, navegadas umas 35 léguas [por este número as avaliaram então], encontrou um pontal de chão firme e elevado, de grês ferruginoso, igual ao da Ilha do Maranhão, que julgou mais apropriado para a povoação que ia fundar. Era uma península formada à margem direita do rio Guamá ao desembocar no Guajará. De modo

que dos dois lados ficara essa península defendida pelos próprios igapós ou alagados desses dois rios. No pontal mais saliente construiu o forte a que deu o nome de *Santo Cristo*, chamando à cidade de *Nossa Senhora de Belém*. Bem sabiam, tanto Caldeira como seus pilotos, que não se achavam no verdadeiro tronco do Amazonas, mas porventura não houvera sido conveniente terem ido mais longe visto que mais fora de alcance ficariam de ser socorridos, até por terra, da Capitania do Maranhão.”

Como muito bem se deixa ver do trecho supracitado, mais perfeito, mais completo não podia ser o símile entre os dois sítios – o escolhido para sede da nova Capitania e o da pequena cidade de São Luís, donde tão cheio de esperanças partira Caldeira; guardadas, digamos ainda uma vez, as proporções gigantescas que vão daquele para este como muito bem o disse o historiador Varnhagen.

Chegada que foi a expedição ao ponto de seu destino, “deu fundo no mesmo lugar que serve hoje de ancoradouro aos navios do Reino”, diz o padre José de Morais.

Tratou para logo, Francisco Caldeira, do desembarque dos seus soldados, sendo Antônio de Deus,⁴³ no dizer de todos os cronistas, o primeiro português que aquela terra pisou, dela tomando posse com sinais de grande alegria, por ver nessa povoação “a futura capital de uma nova Lusitânia”, sentença ainda o mesmo escritor.

43 O seu nome aparece ainda na história do Pará 27 anos depois, em 1643, quando pela câmara de Belém foi mandado “com cinco quintais de pólvora, morrão e balas”, em auxílio dos colonos e naturais do Maranhão, que se haviam insurgido contra a dominação holandesa.

O nome de *Belém* naturalmente deu-lho Caldeira em memória do dia 25 de dezembro, sob cujos auspícios desferara a expedição do porto de São Luís.

Qual, porém, a data da sua chegada ali, em que dia, sim, teria aportado Francisco Caldeira ao local, onde se ostenta hoje a formosíssima *Belém* do Pará?

É a pergunta essa que, primeira, muito naturalmente acudirá ao espírito de todos os que se acham empenhados neste grandioso certame.

Positivamente, não o sabe o obscuro escritor destas linhas e não o sabe porque o cronista da expedição, que é quem no-lo deveria ter dito, guardou o mais profundo e absoluto silêncio sobre essa data magna, bem como sobre tantíssimas coisas outras referentes a esta importantíssima jornada.

Desejando comemorar condignamente o tricentenário dessa faustosa data, decretou a patriótica Municipalidade de Belém soleníssimas festas que se deverão realizar de 24 de dezembro do corrente ano a 8 de janeiro vindouro, parecendo, talvez, querer indicar assim que a esta última data já deveria ter aportado a esquadilha a Belém.

Belíssimo esse gesto do Conselho Municipal da Capital do Estado-irmão, Estado a que tudo nos liga, tudo nos prende, Estado cuja vida, por longos anos, foi a nossa própria vida, quando juntos, unidos, caminhávamos constituindo o poderoso e florescente Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Belíssimo esse gesto e, por isso mesmo, só digno dos mais francos e calorosos aplausos de todos aqueles que têm a intuição, que sabem aquilatar o valor da comemoração das grandes datas.

Mas – e aqui aventuraremos ligeiríssimas considerações –, seria possível que a 8 de janeiro se encontrasse já fundada em águas do Guajará a esquadilha de Francisco Caldeira?

Quer nos parecer que não.

E as razões que temos para assim pensar e que se em erro não estamos, se nos afiguram de bem valiosas, são as seguintes, que aqui submetemos ao juízo dos doutos:

Contam-se, segundo todos os roteiros, 360 milhas de costa – de São Luís a Belém.

Pois bem, em observância às instruções expedidas por Alexandre de Moura no seu Regimento, deveria o percurso desse extenso litoral ser feito por Francisco Caldeira, pela seguinte forma:

Ao sair de São Luís, procuraria o capitão português “que os seus marinheiros e gente do mar fossem reconhecendo a carta, assim pela vista e demonstração dela, com o prumo na mão. Chegando à Cumã, ter fala com aquele gentio e reduzi-lo com facilidade à nossa *devação* [*sic*]. E, finalmente, não havia de navegar senão de dia, surgindo todas as noites por não escorrer a terra, e conhecimento dela que sempre haviam de levar à vista”.

Ora, se, como tudo leva a crer, foram essas instruções fielmente observadas, isto é, se os marinheiros e demais gente do mar foram sendo instruídos no conhecimento da costa, não só pela vista, pontos de referência dela, como também pelo prumo, de modo a se ir criando assim, desde logo, uma nova escola de pilotos, serviço este que só lenta e cautelosamente poderia ser feito, entendendo-se que é a costa muito esparcelada e essa era a primeira viagem que se fazia. Se tocou a expedição no Cumã, abriu relações com o gentio e

chegou a ganhar-lhe a afeição e as boas graças, trabalho esse que não poderia ser obra de um momento, de algumas horas, mas o resultado paciente pelo menos de alguns dias, atento o espírito sempre irrequieto, desconfiado sempre, do nosso indígena; e se, finalmente, a esquadilha navegou só durante o dia, como positivamente lhe fora recomendado, o que equivale a dizer dez horas úteis de navegação diária, por que as duas outras restantes deveriam naturalmente ser reservadas à procura de um ancoradouro para nele se acolher a esquadilha pelo cair da tarde e para dele sair na manhã seguinte a fim de prosseguir na sua derrota; se tudo assim se passou, isto é, se estritamente observadas foram todas essas instruções deixadas por Alexandre de Moura e a que nos referimos já, à expedição era humanamente impossível que, a 8 de janeiro, se pudesse encontrar, já, em águas do Guajará, havendo percorrido 360 milhas em menos de quinze dias, de 10 horas úteis cada dia.

E, para que se não diga que fantasiámos, aqui invocaremos o testemunho de Berredo:

“404. Encaminhando as suas proas no mesmo rumo do projeto, entrou a expedição a arriscada barra de Seperará, que é hoje a da cidade de Belém, sem o menor perigo; e costeando a terra com igual fortuna, a tomou também várias vezes, tanto apesar da oposição de muitos tapuias seus habitantes, que saiu sempre de todos os encontros com grandes vantagens.

“405. O primeiro homem, que pisou na praia neste descobrimento, foi Antônio de Deus, que subiu depois a diferentes empregos; e continuando Francisco Caldeira a mesma derrota por um largo rio *com poucos dias de viagem, escolheu o sítio, que lhe pareceu mais conveniente para Praça de Armas da sua conquista, a que chamou logo Grão-Pará, nome também das Amazonas, por*

se persuadir com desculpável erro a que era já a terra firme deste competidor do Oceano, quando a grande baía com que se enganava, se forma só verdadeiramente das bocas do Moju, Acará e Guamá, rios caudalosos, como já fica referido.”

Ora, se da ponta de Seperará (*Tijioca*) ao sítio onde foi levantado o pequeno estabelecimento português, que é a atual cidade de Belém, gastou a expedição ainda alguns dias, segundo o atesta Berredo, quantos lhe não teriam sido precisos para chegar de São Luís àquela ponta?

Quando, em 1614, de Pezieux que, na ausência de de la Ravardière, em exploração então pelo Amazonas, ficara no governo da colônia francesa do Maranhão, teve necessidade de avisá-lo das críticas circunstâncias em que se achava esta, prestes a ser sitiada pelas forças portuguesas, gastou três meses de viagem – só de dia – a canoa para esse fim expedida àquele grande rio (Ivo d’Évreux – *Obr. cit.*, pág. 116).

Às razões acima aduzidas, devemos acrescentar ainda que – caía então o mês de dezembro e estava a entrar o de janeiro, tempo esse em que, como é geralmente sabido, são os ventos – principal e quase único elemento da navegação a vela – por demais escassos, senão mortos, na costa norte do Brasil, e muito violentas as correntes nas bocas do Amazonas.

E isto, na melhor de todas as hipóteses, a saber, no caso de haver corrido a navegação em condições normais, sem incidente de espécie alguma, porque, a não ter sido assim, a haver ela sofrido qualquer contratempo desses não raros na afanosa e arriscada vida do mar –, só muitíssimo mais tarde teria podido chegar a expedição ao termo da sua derrota.

Assim pois quer nos parecer que só nos derradeiros dias de janeiro, ou primeiros de fevereiro de 1616 lograria Caldeira lançar âncora em águas do Guajará.

Feitas estas ligeiras considerações, no interesse único da investigação de um ponto importante da história pátria, considerações que, em nada deslustram nem empalidecem o esplendor das festas comemorativas desta grandiosa data, volvamos ainda uma vez, e por último, ao fio principal da nossa narrativa.

*

Desembarcado Caldeira com toda a sua gente, depois de encomendar o bom êxito da empresa à Virgem Senhora, como era de um ânimo superior às suas mesmas forças, foi seu primeiro cuidado se fazer respeitado do muito gentio de que se havia cercado.

Assim, mandou disparar alguns pequenos canhões que levava, os quais, ao mesmo tempo que serviam de salvar de alegria, não pouco contribuía também para conter em respeito aos indígenas, receosos e intimidados com a vizinhança de tão inoportuno e destemido hóspede.

Contudo, como muito bem sabia que todo o poder que levava pequeno e fraco era para sustentar um posto que só se poderia conservar na paz e amizade com aqueles naturais, de cujas forças, como senhores do país que eram, pendia a estabilidade daquele presidio, usando da maior prudência, expediu, por embaixadores, a alguns dos tupinambás da sua comitiva, para que praticassem com os seus parentes e estes com os seus aliados, certificando-os, a uns e outros, de que a sua vinda ali não era para lhes fazer dano nem tirar as suas terras, mas antes para viverem todos como bons amigos, permutan-

do as drogas das suas florestas pelas que os portugueses lhes dariam e que vinham a ser – ferramentas, panos, miçangas e tantas coisas outras, tão do agrado dos índios. E para que logo os recebessem ficaram-lhes – os embaixadores – autorizados a convidar, desde logo, os *principais*.

Lisonjeava a fortuna a Francisco Caldeira que bem compreendeu assim que, faltando-lhe a ajuda e assistência dos naturais, jamais poderia assentar nem adiantar, sem risco, a fundação da nova colônia.

Aceitaram os indígenas as propostas que se lhes faziam, oferecendo-se, desde logo, para tudo quanto fosse do serviço daquela nova povoação, recebendo de Caldeira, em paga da sua fidelidade, vantajosos mimos desses que tanto são da estimação deles.

Foi, pois, sob os mais lisonjeiros auspícios que deu Francisco Caldeira começo à fundação de Belém do Pará, “àquela cidade (comenta o padre José de Moraes) que ele queria regular pelas medidas da grandeza, em tudo igual ao elevado ânimo com que a pretendia idear”.

Aproveitando-se, portanto, das boas graças e afeições dos índios que com tanta habilidade soubera conquistar, e ajuda deles, mandou levantar terra com que se formou um bom parapeto em que fez cavalgar os pequenos canhões que levava do Maranhão. A esta ligeira fortificação, considerada então mais que suficiente para resistir às invasões daquele gentio, caso tentasse este qualquer golpe ou surpresa contra o novo presídio, deu o capitão português o nome de forte de *Santo Cristo*.

Amparado por essas toscas muralhas, julgando-se assim mais coberto de qualquer cilada, entregou-se, desasombadamente, Caldeira à feitura da nova cidade.

“Os edifícios (conta-nos o padre José de Moraes) se foram arrimando e erigindo na mesma parte a que hoje⁴⁴ propriamente se dá o nome de cidade, fábricas que, posto não merecessem o nome de palácios, sempre porém excediam à humilde capacidade de tugúrios; e como nos matos não faltavam materiais para a sua construção, sendo tantos os índios jornaleiros, ficou fácil a execução e menos custosa a obra. Formou-se a Matriz, de taipa de vara, que ainda que não inculcasse grandeza, não deixava de respirar asseio e devoção, propriedade da Nação portuguesa nos atos em que o culto divino é o principal objeto da sua respeitável religião. Este templo dedicou a devoção de Francisco Caldeira ao culto de Maria Santíssima com o singular título de Nossa Senhora de Belém⁴⁵ dando ao mesmo tempo à nossa cidade o nome de Grão-Pará para que até no apelido inculcasse sempre uma evidente prova da particular grandeza com que dos seus princípios foi crescendo esta grande porção de nossa América Portuguesa.”

Assim se fundou Belém, com o título de *Cabeça da feliz Lusitânia*.

Não tardou que não se lhe viesse apresentar um francês que andava entre os índios, fugido aos seus compatriotas do Maranhão, e que deu notícia de como, mais pelo rio acima, vivia um flamengo aí deixado por patrícios seus, a fim de aprender a língua; acrescentando que, poucos dias antes, haviam

44 1759.

45 Sob à invocação de Nossa Senhora da Graça de Belém. Foi seu primeiro vigário por nomeação de D. Luís de Sousa, governador-geral do Brasil, o padre Manuel Figueira de Mendonça, que, em virtude de recomendação de Gaspar de Sousa, servia já o mesmo cargo com grande satisfação de todos aqueles moradores, devido às suas virtudes e reconhecida capacidade.

partido daquele mesmo ponto, ora ocupado pelos portugueses, três barcos holandeses.

Vindo à fala, foi esta notícia confirmada pelo dito flamengo.

Informou este, ainda, que, mais ao norte, achavam-se estabelecidos uns 250 a 300 de seus companheiros, com duas tranqueiras para protegerem suas roças e plantações, especialmente de tabaco, algodão e urucu, traficando também em pau coatiara e outras madeiras.

Sobressaltado com tão alarmantes e inquietadoras notícias, resolveu Caldeira dar aviso para Portugal e para o Maranhão da situação melindrosa em que se encontrava com inimigos tão de perto. E, aproveitando-se da oportunidade, comunicar a Jerônimo de Albuquerque o ditoso sucesso da expedição, de que também deu conta ao governador-geral do Brasil, Gaspar de Sousa.

Não tendo, porém, à sua disposição mais que um só navio, que destinou para Portugal, recorreu ao conhecido préstimo e nunca desmentido valor do alferes Pedro Teixeira⁴⁶ a quem deliberou enviar, por terra, ao Maranhão, fazendo-o acompanhar de uma escolta de poucos soldados.

Partiu do Pará este emissário no dia 7 de março de 1616 e, ao cabo de dois meses de penosa viagem, livrando-se de uma traição que no Caité lhe armaram os índios, conseguiu apresentar-se em São Luís, “com geral assombro dos seus mora-

46 Varnhagen diz... “os dois capitães Pedro Teixeira e Antônio da Costa”. Preferimos, porém, aqui, por mais autorizada, a narração de Berredo, que só trata do primeiro. Baena, no *Compêndio das Eras*, só cita também o alferes Pedro Teixeira. Referindo-se à escolta, diz Varnhagen: – Dois soldados e 30 índios.

dores – comenta Berredo –, por ser ele o primeiro homem que com notícia sua tinha pisado naquelas terras”.

Para ir a Portugal foram escolhidos os capitães André Pereira e Antônio da Fonseca, levando consigo o piloto-mor Antônio Vicente. Fizeram a viagem pelas ilhas de São Domingos e Terceira, tendo-se deixado ficar nesta última Antônio da Fonseca “por no decurso da viagem não haver entre eles paixões”, diz o primeiro, na sua *Relação do que há no grande rio das Amazonas novamente descoberto*.

Do Maranhão não se fizeram esperar os socorros, antes foram em breve aprontados e enviados em uma lancha grande, de que foi por capitão o próprio Pedro Teixeira que, sem perda de tempo, com próspera viagem, se restituiu a Belém. Consistiram tais socorros em 30 arcabuzeiros, muitos índios, alguma artilharia, munições de guerra e pagamento para a tropa, tudo devido ao incansável zelo e atividade rara do conquistador do Maranhão, o grande Jerônimo de Albuquerque, então capitão-mor em consequência da retirada de Alexandre de Moura para Pernambuco.⁴⁷

Em Lisboa, mais lento andou o apresto do socorro. Não chegou a aprontar-se antes do ano seguinte (1617) “mas foi mais eficaz”, diz o historiador Varnhagen.⁴⁸

47 Custódio Valente – diz o Visconde de Porto Seguro. Preferimos, porém, o testemunho de Berredo, Baena e Southey, os quais, todos, dão Pedro Teixeira como o portador do socorro enviado a Belém.

48 Não vemos em que tivessem sido mais eficazes esses socorros, que só chegaram a Belém a 28 de julho de 1617, quando cerca de um ano antes já havia Pedro Teixeira, com duas canoas, atacado um navio holandês, navio que, à custa de três ferimentos, conseguiu o valoroso cabo português tomar e incendiar, depois de haver retirado dele a artilharia, que levou para a fortaleza do Pará.

Para o conduzir havia sido nomeado, primeiro, Antônio Barroso, em 14 de janeiro; mas, vindo este a falecer, foi substituído por Manuel de Sousa d'Eça, comandante de um dos navios e de quem já nos ocupamos detalhadamente em nota no começo deste trabalho.

Seguiram nessa mesma ocasião o capitão Antônio Pereira, o piloto-mor Vicente Cochado e quatro missionários capuchinhos.

Mal haviam chegado os reforços do Maranhão, quando no dia 7 de agosto (1616) foi Francisco Caldeira informado de que, 40 léguas à costa do mar, achava-se surto um navio da Holanda, o qual expedira uma lancha que diligentemente procurava estabelecer comunicação com os índios aldeados.

E mais lhe informaram que, no Gurupá, bordejavam outras embarcações maiores da mesma nação espalhando vozes de que naquele sítio aguardavam uma grande armada enviada pelos Estados-Gerais com o fim de nele estabelecer uma nova colônia.

Divulgadas que se tornaram estas notícias, cuidaram muitos, para logo, que aquele era já um dos navios da sua conserva; e, instigado Caldeira dos estímulos do seu brio, pensou em ir ele mesmo em pessoa ao encontro do inimigo.

Ponderando, porém, com mais maduro conselho que, se tal fizesse, faltaria a um dever maior ainda, pois desampararia a fortaleza e a pequenina cidade por ele há poucos dias fundada e já agora confiada aos seus cuidados e proteção. Ponderando todas estas coisas e submetendo-se às injunções do momento, ordenou imediatamente aos alferes Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas de Macedo que, em duas canoas armadas

em guerra e guarnecidas por vinte soldados, reconhecessem, sem perda de tempo, a referida embarcação, e, debaixo de qual perigo, a abandonassem.

Mais arrojada e temerária não podia ser a empresa.

A outro qualquer faria ela empalidecer, talvez; não assim a Pedro Teixeira e ao seu valoroso companheiro, os quais, em desempenho de tão arriscada missão, tanta força puseram nos remos e nas velas que, já na noite de 9, se achavam ao alcance das baterias inimigas, com um desprezo tal do chuveiro de balas por elas despedidas que, quando os holandeses se consideravam só acometidos, se viram entrados, empenhando-se em tão feroz luta que já corria o sangue pelos embornais de um e outro bordo do navio inimigo.

Terrível foi a resistência apresentada pelos holandeses, prosseguindo indecisa a ação durante grande parte da noite.

Vendo então os portugueses que no mar não poderiam aqueles ser vencidos só aos golpes de ferro lançaram mão do último e desesperado recurso – atearam fogo ao navio por diversas partes.

O que se seguiu então, impossível é descrever aqui – basta dizer que os que conseguiram escapar às chamas foram encontrar no Amazonas o túmulo!

Foi o herói do dia o alferes Pedro Teixeira que se recolheu a Belém coberto de três gloriosos, mas perigosíssimos ferimentos.

Assinalaram-se ainda na ação o segundo comandante Gaspar de Freitas, o ajudante Pedro do Couto Cardoso, o alferes João Félix, o sargento Matias de Almeida que saiu malferido, Manuel Martins Maciel, que ganhou também uma ro-

queira na ocasião do ataque, e Antônio Soares Saraiva, que se chegava tanto ao fogo que ficou com o braço esquerdo todo queimado.

“427. Só com o despojo de um rapaz trombeta (conclui Berredo a narração desta memorável peleja), que buscando no mar a sua sepultura, achou nele a vida, se recolheram os dois Comandantes à cidade de Belém do Pará, onde celebrou o Capitão-mor Francisco Caldeira a felicidade do sucesso com as demonstrações, que lhe merecia por tantas circunstâncias. Mas foi sem dúvida das mais especiais para a sua glória a da escolha dos cabos; e como o alferes Pedro Teixeira fez a observação, de que o lugar, em que o navio se meteu a pique, tinha pouco fundo, logo que melhorou das suas feridas, se lhe tirou pela sua indústria toda a artilharia, para que também lhe ficasse devendo um tão útil reforço a defesa da Capitania.”

Mais uma vez saiu vencedor de uma luta desigual e feroz o antigo e nunca desmerecido valor lusitano. Mais uma vez luziu, em todo o seu brilho, aquela mágica estrela que acompanhou sempre Portugal na defesa e conservação dos seus domínios da América Portuguesa, permitindo-lhe transmiti-los, intactos, a nós os seus descendentes!

Grande revés foi este para os holandeses que, traficando com proveito no Amazonas e tendo feitorias estabelecidas em muitas das ilhas da sua embocadura, de nenhum perigo se haviam receado da parte dos portugueses, nem de forma alguma se achavam aparelhados para ali competir com eles.

Não correram serenos os dois anos e meses do governo de Francisco Caldeira.

Tristes os dias que lhe estavam reservados.

Em 1617, prevenido a tempo, conseguiu antecipar e reprimir o ataque que os tupinambás dessa Capitania, instigados pelos do Cumã, pretendiam levar à nascente cidade de Belém. Informado de tudo, ordenou ao sargento-mor daquela Conquista, Diogo Botelho da Vide, natural da vila de Figueiró das Vinhas na província da Beira, que com os capitães de infantaria Álvaro Neto e Gaspar de Freitas de Macedo, já promovido a este posto depois do combate naval de 9 de agosto, caíssem sobre eles e os desbaratassem.

Foi esta ordem fielmente executada, sendo os tupinambás das aldeias do Cuiú, Montigura e sertão do Iguape postos a ferro e fogo – tornando-se assim, diz Berredo, maior, que a ofensa, o castigo.

Em 22 de julho desse mesmo ano (1617) deram entrada em Belém os padres frei Cristóvão de São José, frei Sebastião do Rosário e frei Filipe de São Boaventura, tendo por comissário e não custódio, como erradamente se lê nos arquivos da Câmara, a frei Antônio da Marciana, os quais haviam sido nomeados todos por decreto real, em atenção às instantes solicitações dos conquistadores do Maranhão, edificadas da virtuosa vida dos religiosos capuchinhos da mesma Ordem, que acompanharam Jerônimo de Albuquerque na sua jornada de Pernambuco ao Maranhão.

Poucos, sem dúvida, eram os obreiros para tão grande vinha. Mas de tão ardente zelo e animados que, para logo, se entregaram com dedicação e ardor à conversão de todo aquele numeroso gentilismo, levantando para o seu decente

recolhimento, à meia légua da cidade, no sítio do Una, um pequeno hospício que, na capitania do Pará, foi a primeira casa religiosa que houve.

Nessa mesma ocasião, como provedor da fazenda real da referida capitania, veio também Manuel de Sousa d'Eça, trazendo em duas embarcações socorros para ela e pagamento para os soldados.

Entretanto, não se deixava Francisco Caldeira ficar ocioso. Informado de que se achava cativo dos tapuias um homem, por compra que dele haviam feito estes aos tupinambás, quando se levantaram, ordenou a Pedro Teixeira, já então promovido por patente real ao posto de capitão de infantaria, que, sem detença, a bordo de uma lancha guarnecida de 30 soldados fosse, a todo o transe, resgatá-lo e ajustasse pazes com todo o gentilismo que as quisesse, exceção feita dos compreendidos na última sublevação.

Desta nova comissão desempenhou-se, ainda, Pedro Teixeira com o costumado brilho, mas ao sair dos carabobocas⁴⁹ para Belém atravessaram-se-lhes na proa os mesmos rebeldes, auxiliados de muito mais gentilismo de sua parcialidade, com grande número de canoas armadas em guerra.

Supersticiosos, aguardaram os indígenas que se pusesse o sol para darem o ataque. Não se deixou intimidar com isso Pedro Teixeira que, sobre eles caindo, completamente os desbaratou, havendo durado o combate toda a noite.

Entre os que se mais distinguiram nesta ocasião, força é declinar o nome do capitão Manuel da Guarda Cabreira, natural

49 Destes selvagens – diz Baena – se ficou chamando baía das Bocas a que se acha entre a baía de Paracuúba e a boca do rio Parauaú, que o vulgo denomina das – Breves.

de Abrantes, o qual por maneira se houve que, encarregado do convés da lancha com alguns soldados mais, entre esses um Antônio de Amorim, tão valorosamente a defendeu em toda o tempo da ação, que nem mesmo o obrigou a abandonar o seu posto o perigoso ferimento de uma flecha que lhe atravessou o pescoço.

E, assim, se recolheram a Belém, no meio das mais vivas e mais merecidas aclamações, Pedro Teixeira e seus bravos companheiros.

Era isto em 1618.

Ainda bem não havia o destemido capitão português descansado de tão encarniçada luta, que nova e importante empresa lhe é confiada por Francisco Caldeira – a de surpreender e tomar de assalto um sítio, denominado *Gujará* onde, bem fortificados, se mantinham muitos dos índios rebeldes, com grave dano da capitania, principalmente pela consternação em que iam pondo todas as aldeias.

Marchando, pois, com trezentos homens escolhidos sobre a referida posição, que era de pau-a-pique, e cujos defensores se achavam já prevenidos para a resistência, tal foi o arrojo com que levou o assalto que a escalou imediatamente, entregando-se os selvagens à mais desordenada fuga. Tornou-se, sobretudo, distinto neste ataque Manuel Álvares Machado, que foi dos primeiros a galgar a trincheira inimiga.

Entretanto, viu-se a capitania do Pará ou, antes, a nascente cidade de Belém inopinadamente perturbada por uma dissensão de caráter bem sério.

Era pelo mês de setembro de 1618.⁵⁰

50 Varnhagen diz – *setembro de 1617*, mas há com certeza engano de sua parte.

Andava Antônio Cabral, sobrinho de Francisco Caldeira, inimizado com um capitão de nome Álvaro Neto, valente soldado e da geral estimação da capitania.

Fazendo-se-lhe enconradiço no lugar mais público da cidade, aleivosamente tirou-lhe a vida sem razões outras que as reconcentradas do seu ódio.

Ao alarido que se fez, acudiram os capitães Paulo da Rocha e Tadeu de Passos, grandes amigos que eram do morto, e vendo entre o povo a Francisco Caldeira com pouca atenção à enormidade do delito, a ele requereram o pronto castigo do assassino.

Mas o capitão-mor, a quem não era agradável a pessoa de Álvaro Neto, parecia não estar resolvido a tomar as medidas que, para exemplar castigo do matador, se tornavam precisas.

Não se puderam os dois briosos capitães conformar com isto e tão desassombradamente manifestaram a sua justa indignação que, apercebendo-se a si próprios em perigo iminente, acolheram-se ao conventinho das religiosas de Santo Antônio.

Dissimulou Francisco Caldeira a contrariedade que lhe causara a ousadia dos dois homiziados; e, fingindo dar uma satisfação pública pela perda de um oficial de tanta distinção, mandou recolher o sobrinho à fortaleza da cidade. Mas, passados alguns dias, servindo-se de umas tantas pessoas de sua confiança, e com que fazendo-se rogar delas sob o pretexto de que se tornavam precisos os serviços do preso para a guerra contra os índios, mandou pô-lo em liberdade.

Sentiu Belém tão clamorosa afronta.

Soltando então os diques à sua paixão, como complemento deste seu ato deu o capitão-mor terminantes e expressas ordens para que fossem presos os dois homiziados, mas os soldados, que já com muita frouxidão lhe obedeciam, se retiraram profundamente impressionados por haverem deixado ferido a uma das religiosas.

Ardendo, então, Caldeira na mais violenta cólera, mandou ao capitão Baltasar Rodrigues de Melo que, com 70 homens, arrombasse o convento e prendesse os dois asilados; mas este, respeitando as imunidades religiosas, fez como consumir o tempo em romper só o muro da cerca, que era de pau-a-pique, e se recolheu à cidade com o pretexto de que, gasto o dia nessa operação, temeridade seria escalar o convento com noite fechada.

Impaciente, aguardou Caldeira a manhã seguinte que – contava ele – lhe deveria pôr nas mãos os dois oficiais; mas, resolvida naquela mesma noite a sua deposição e conjurada, para esse fim, toda a guarnição da cidade, seguida do povo, ao mesmo tempo que, com os alvares do dia, lhe chegavam aos ouvidos as primeiras vozes da comoção popular, passava ele terrível decepção! pela suprema das humilhações – a de ver, a essa hora, junto de si, Cristóvão Vaz Bitancourt e Antônio Pinto com dois homens mais, dos quais um levava um par de grilhões bem pesado que Antônio Pinto, com um punhal na mão, lhe fez meter nos pés tão desamparado ficara ele dos seus governados!

Em seu lugar, por universal aclamação, assumiu a direção dos negócios da capitania o capitão Baltasar Rodrigues de Melo.

Assim terminou o seu governo Francisco Caldeira de Castelo Branco que, nos primeiros dias de maio de 1619, conjuntamente com seu sobrinho e mais Baltasar Rodrigues de

Melo, Antônio Pinto e Cristóvão Vaz Bitancourt, era remetido preso para Portugal pelo novo capitão-mor Jerônimo Frangoso de Albuquerque, em virtude de ordens que trouxera de D. Luís de Sousa, governador-geral do Brasil.

Assim, repetimos ainda uma vez, terminou o seu governo Francisco Caldeira, e terminou-o de uma maneira desastrosa, infeliz. E nem outra coisa era de esperar do seu gênio irrequieto e violento, afeito a perturbações tais.

Quando, em 1615, se apresentou ele no Maranhão com os primeiros socorros enviados por Gaspar de Sousa contra os franceses, foi logo dando ares de quem vinha revestido de grandes poderes, originando-se daí rivalidades e atritos entre ele e Jerônimo de Albuquerque, fatos esses tão graves que chegaram a pôr em risco o estabelecimento português do Maranhão e que, se conseqüências mais sérias não tiveram, foi tão-somente devido ao espírito eminentemente superior deste grande cabo-de-guerra.

Em compensação, porém, enquanto a Caldeira tal sucedia em Belém, em São Luís baixava ao túmulo, a 11 de fevereiro de 1618, na avançada idade de setenta anos, em meio de suas penosas fadigas a gloriosos triunfos, o velho e honrado conquistador do Maranhão, deixando a capitania imersa no mais profundo e sincero pesar: havendo-a governado por espaço de dois anos e poucos dias “com esforço de capitão, grandeza de ânimo e liberalidade de príncipe”. (*Crônica* de frei Antônio de S. Maria Jaboatão.)

Tamanha, tão sensível foi a falta que experimentou a capitania com a perda deste grande homem que, “a não substituí-la a sua própria imagem na pessoa de Antônio de Albuquerque, seu filho primogênito, a quem deixava encarregado do governo, seria inconsolável a justa mágoa”. (Berredo — *Anais* 448.)

*

Chegados aqui parece-nos que deveríamos dar por findo este trabalho, se é que não ultrapassamos já, e em muito, os limites do programa traçado pelo honrado presidente do Diretório das festas do Tricentenário, o, por todos os títulos, muito ilustre e venerando Sr. Dr. Inácio Batista de Moura.

Não o faremos, porém, sem adicionar-lhe algumas linhas mais que se nos afiguram como o seu complemento.

*

Entre os homens de mais valor, cujos meses se destacam logo às primeiras páginas da história do Pará, um, sobre todos, há que, a cada passo, se encontra, que a todo o momento nos atrai a atenção, sobrelevando por isso aos demais e constituindo, quase que de per si, a história viva daqueles primeiros dias – é a figura nobre e simpática de *Pedro Teixeira*.

Declinar-lhe o nome é relembrar as lutas, travadas entre portugueses e holandeses e portugueses e índios, lutas de que resultou a ocupação definitiva do Amazonas para a Coroa de Portugal.

Nas ocasiões difíceis era ele, sempre, o escolhido para as grandes e temerárias empresas, das quais, para honra sua se tirou, sempre, com lustre para o seu nome e glória para as armas lusitanas.

A ele, quase que só a ele – ao seu provado valor e, ainda mais, ao seu desprezo pela vida nos combates – deveu Belém, nos primeiros dias de sua existência, a segurança, conservação e estabilidade de que gozou em meio dos perigos de toda a sorte que a assediavam.

Da Amazônia – pode-se dizer, sem exagero, que – não há uma só margem de rio, pedaço ou recanto de terra não há, que não fosse testemunha das suas façanhas, que não houvesse sido ilustrado com a fama de seus feitos.

Posteriormente ao governo de Francisco Caldeira, lá vamos encontrá-lo como adjunto do capitão Custódio Valente, eleito para substituir a Matias de Albuquerque, que fora deposto nos últimos dias de setembro de 1619.

Em maio de 1620 ficou só, independente, no governo da capitania, por haver embarcado para Portugal o mesmo Custódio Valente.

Em 1625 sai de Belém em direção ao Gurupá, onde chega a 22 de maio, com nove canoas guarnecidas de duzentos índios frecheiros.

Aí aportando, como tivesse notícia de que holandeses, comandados pelo capitão Hosdan, se fortificavam no vizinho sítio de Mandiutuba, cai sobre eles e os desbarata, não obstante a desesperada resistência que apresentaram durante todo esse dia e parte da noite seguinte.

Não satisfeito com essa vitória, atira-se ainda Pedro Teixeira sobre os holandeses, ingleses e franceses, intrusos, que sob o mando dos seus chefes Hosdan e Porcel, estavam ainda de posse de dois fortes no Xingu e nos Tucujus e consegue expulsá-los, tomando-lhes duas casas fortes; ficando como opimos despojos desta renhida ação mais de setenta dos invasores, entre os quais se contavam os dois referidos chefes, cobertos de grande número de ferimentos.

Em 1º de setembro de 1629, por ordem do governador do Estado, Francisco Coelho de Carvalho, sai do Pará à testa de um corpo expedicionário e dá desembarque junto ao

forte do Torrego, apesar da vivíssima oposição dos seus defensores, que pedem suspensão de armas e, logo após, capitulam.

Vitorioso com estes sucessos, transporta-se Pedro Teixeira com suas tropas para a aldeia de Mariocai a fim de lá refrescá-las para novos cometimentos. Aí mesmo, dentro de breves dias, o foram buscar os inimigos em duas naus de alto porte, procurando dar desembarque; mas, com tão infeliz resultado que, dos que conseguiram pôr pé em terra, raros foram os que lograram se recolher às suas embarcações e, esses mesmos, em lastimoso estado, devido aos ferimentos recebidos.

Em 1637, com a patente de capitão-mor e todos os poderes de general do estado, é nomeado comandante do descobrimento do Amazonas. Recebidas, de Jácome Raimundo de Noronha, as derradeiras instruções, parte de São Luís para Belém, onde toma porto a 25 de julho.

Organizada no Camutá em fins de outubro, a expedição que se veio a compor de 45 canoas,⁵¹ guarnecidas de setenta soldados e cerca de mil e duzentos índios, entre os de remo e guerra, os quais, com as mulheres e rapazes de serviço, se elevavam a 2000 pessoas, põe-se Pedro Teixeira, no dia 28, a caminho.

Começa aqui a sua grande obra.

Lutando com dificuldades de toda a sorte, oriundas já de moléstias, já da deserção dos índios remeiros, dificuldades essas que em vez de quebrantar mais serviam para robustecer-lhe o ânimo no bom êxito da expedição, inicia a sua der-

51 O padre João F. Betendorf diz: quarenta e sete canoas grandes.

rota pelo Amazonas – até então conhecido por São Francisco de Quito –, tocando, a 4 de dezembro, em uma grande ilha, a que dá o nome das *Areias*, onde descansa por algum tempo.

Refeitas as forças por alguns dias de repouso, faz adiantar da sua conserva, com oito canoas, ao Coronel Bento Rodrigues de Oliveira, brasileiro de nascimento, costumado a semelhante modo de viajar, e senhor da língua tupi que tão bem como a materna falava.

Homem de grande penetração, havendo-se criado entre os naturais, entendia-lhes a natureza e os olhares como a linguagem, de sorte que muito o respeitavam os índios, crendo dele que lhes sabia ler no pensamento.

Assim procedendo, procurava Pedro Teixeira evitar que a deserção dos índios fosse completa; fazendo-lhes, por este estratagema, acreditar que estavam a tocar ao termo da sua viagem.

Pôs-se, pois, Bento de Oliveira a caminho, com felicidade tanta que, a 24 de junho de 1638, isto é – oito meses e quatro dias depois que haviam deixado o Camutá – chegavam ao ponto de Paianino, pertencente à província das Quixós, distrito de Quito, de que distava 80 léguas e era a primeira povoação castelhana por esse lado.

Acompanhando sempre, de perto, as popas das suas embarcações, que já agora lhe iam servindo como de vanguarda, alcança Pedro Teixeira, a 3 de julho, as margens do rio dos “Encabelados”, na província do mesmo nome; e, havendo postado em suas bocas a maior parte de suas forças, sob o comando do capitão Pedro da Costa Favela, como para lhe garantir a retirada em qualquer emergência, prossegue, com

poucos companheiros mais, a mesma derrota, indo ter a Paianino, onde desembarca a 15 de agosto.

Neste lugar encontra as canoas de Bento de Oliveira com as mais alvissareiras novas da sua jornada.

Daí sai a 14 de outubro, chegando, com alguns dias mais, à aldeia de Tupas, cinco léguas distante de Quito.

Já então se sabia, aqui, da sua vinda. Ao aproximar-se desta cidade é recebido com honras excepcionais, saindo-lhe, processionalmente, ao encontro o presidente da Real Audiência, o bispo, os prelados das principais religiões, o clero, a câmara e os moradores; tendo-lhe sido proporcionado, em memória de sua viagem, corridas de touros e havendo-se remetido ao visorrei do Peru, conde de Chinchón, o diário e o mapa do rio por ele percorrido.

Havendo a Audiência do Quito resolvido nada decidir sem receber ordens de Lima, do vice-rei, o mesmo conde de Chinchón, só em meados de fevereiro do ano seguinte puderam os expedicionários ficar desembaraçados para regressar.

Assim, dando aviso às canoas que haviam ficado em Paianino, a elas se foram reunir em Anchidona, ponto das cabeceiras do rio Napo; e, havendo chegado em 16 de agosto à foz do Aguarico, no próprio rio Napo, aí colocaram um padrão de posse, e logo reunidos aos de Favela seguiram para Belém, onde deram entrada, a 12 de dezembro de 1639 – ao cabo de dois anos e dias de viagem redonda.

Pouco depois de regressar desta trabalhosa jornada veio ainda a exercer o cargo de capitão-mor do Pará por perto de 15 meses, ao cabo dos quais, havendo entregado o mando a Francisco Cordovil Camacho, seu sucessor, preparava-se

para regressar ao Reino, quando o surpreendeu a morte no ano de 1641, recebendo o seu corpo sepultura na terra que tanto amou, a que tanto ilustrou com a fama de seus feitos e que, por isso, deve contá-lo no número dos mais beneméritos dos seus filhos adotivos.

De Pedro Teixeira pode-se dizer que foi o defensor e consolidador da grande obra de Francisco Caldeira. Justo era que se não esquecesse do seu nome, na comemoração desta grande data, a Municipalidade de Belém.

*

Belém, a formosíssima Belém do Pará, cobre-se, hoje, das suas mais ricas custosas galas para celebrar o tricentenário da sua fundação.

Três séculos! Parece muito; e, entretanto, são eles um quase nada na vida dos povos, tão fugazes que correm os anos!

Lançando olhos retrospectivos para os primeiros dias da pequena cidade, que mundo de recordações saudosas nos não acodem instintivamente ao espírito?

Aqui, é Francisco Caldeira, levantando as primeiras paliçadas em volta do pequeno estabelecimento para desafrontá-lo das investidas de índios e corsários; ali, são os expedicionários a erigirem, afanosos, naquelas plagas, a primeira igreja de taipa para a celebração do culto divino. Mais além, os capuchos, sempre laboriosos, infatigáveis sempre, a edificarem o seu conventinho do Uma.

Estamos em 1616.

Todo esse ano, consumiu-se Caldeira em lançar os fundamentos da sua pequenina cidade; mas já, no seguinte, tinha a ventura de vê-la dar, de rendimentos à fazenda real, de dízimos, segundo consta do 1º livro de registro, a quantia de 47.000 réis.

Como é doce lembrar o passado!

Representando a metrópole sobre as coisas que se tornavam necessárias à defesa, conservação e bom governo do Estado do Maranhão, especialmente a Belém, como a experiência de tantos anos lhe havia demonstrado, dizia, em 4 de fevereiro de 1637, Bento Maciel Parente:⁵² “Na cidade de Belém do Grão-Pará há 80 moradores e 50 soldados.”

Oitenta moradores e 50 soldados! Eis o que era ainda Belém, em 1637, no testemunho mais que autorizado de Bento Maciel, que bem o conhecia.

E, pouco mais ou menos, com pequena diferença para melhor, assim continuou até 1660, quando começou a crescer em moradores e bons edifícios.

Em 1699, porém, apresentava já outro aspecto e, conquanto pequena ainda, já se lhe podia dar o nome de cidade; “e se bem fosse muito pobre” – diz o padre João Filipe Betendorf – “não era isso por lhe faltar meios com que pudesse ser um dos mais ricos impérios do mundo, mas por falta de bom governo e industriados moradores, os quais todos queriam viver à lei da nobreza e serem servidos no Pará,

52 *Documentos para a História da Conquista e Colonização da Costa de Leste-Oeste do Brasil* – Relação do Estado do Maranhão feita por Bento Maciel Parente – Rio, 1905.

quando a maior parte deles em suas terras serviriam a outros, e quando o menos a si mesmos.”⁵³

Descrevendo a cidade desse tempo (1699), cidade que teve a fortuna de ouvir-lhe a palavra sábia e inspirada e que, com toda a Amazônia, foi testemunha dos seus trabalhos apostólicos, dizia este eminente jesuíta:

“Está a cidade da Capitania de Belém distante da barra três marés por um braço do celebrado rio das Amazonas acima, situada à margem dele em um altozinho 35 minutos para o Sul. Seu clima é assaz sadio, assim pela abertura do rio para banda do mar ao norte que dá lugar aos ventos de refrescar a terra, principalmente fora dos meses do inverno, como pelas freqüentes chuvas que a regam pelo ano todo.

“Divide-se a Cidade em duas partes, uma para banda do sul em sítio um pouco mais alto, e esta se chama Cidade, outra, em sítio um tanto mais baixo, se chama Campina.

“Para banda do norte, bem no princípio da Cidade, onde chamavam pontão os antigos, está o Colégio de Santo Alexandre dos Padres da Companhia de Jesus, virado com a pontaria para a praça assaz espaçosa. Dela se reparte, norte para o sul, em quatro ruas principais, e do leste a oeste em outras tantas que atravessam as primeiras. Está o colégio no princípio da terceira, tem a matriz defronte, no cabo da praça para o sul, entre a segunda e a terceira rua; no princípio da primeira, que está ao norte, e corre norte ao sul, está a Fortaleza de taipa de pilão sobre um alto de pedras, edificada em quadro com suas peças de artilharia ao redor. Tem o rio bem

53 *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, pelo padre João Filipe Betendorf – *Apud Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXXII. Parte I, 1909.

largo e fundo para oeste e no mais cercada de muito poço seco.

“Correndo do norte para o sul pela primeira rua ocorre logo a ermida de Santo Cristo, mais adiante Nossa Senhora do Rosário e, no cabo, o convento dos religiosos de Nossa Senhora do Carmo, sito bem sobre o rio. Indo da mesma fortaleza, norte e sul, pela segunda rua logo se oferece na praça a Casa da Câmara.

“Pela terceira rua adiante, dá-se no cabo com o Carmo novo que se vai fazendo, na última rua que atravessa a ermida de São João, de leste a oeste, e de lá de leste para oeste, pela primeira rua que se atravessa, se dá com o Palácio do Governador, assaz grandioso se fora de pedra e cal, e não de taipa e pilão.

“A parte que se chama campina se reparte pelo mesmo modo, pouco mais ou menos, em ruas direitas e travessas.

“A primeira vai do Colégio para o norte, tem légua e meia, armazém d’el-Rei, e depois, pelo meio, o convento de Nossa Senhora das Mercês sito bem sobre o rio.

“A segunda tem a campina e depois, à mão esquerda, a Misericórdia, lá muito adiante e ao cabo de tudo está Santo Antônio.

“As ruas travessas não têm nada de consideração digno de se relatar senão a Misericórdia que pela banda do norte tem uma [...] de lá ou pouco menos, a bela ermida de São José, fundada por Hilário de Sousa e sua mulher Maria de Siqueira, que por morte a deixaram aos Reverendos Padres Piedosos, que de novo tinham vindo por missionários.”

Em 1718, segundo o historiador Berredo, tinha Belém mais de quinhentos vizinhos de luzido trato.

Quarenta anos mais tarde, em 1759, descrevendo a cidade dos seus dias – a Belém que tanto merecera do seu zelo, do seu carinho – dizia um outro jesuíta não menos notável, o padre José de Moraes:

“A cidade de Belém do Grão-Pará está assentada em altura de 330° de longitude, e de latitude 1° grau e 27 minutos ao sul da Linha Equinocial, segundo a mais moderna observação do Padre Inácio Samarttoni, da nossa Companhia, matemático de Sua Majestade Fidelíssima para as demarcações dos seus domínios. Estende-se a sua situação dividida em duas partes com o nome de Freguesia, uma na Campina, outra no que propriamente se chama cidade. Tem o seu princípio no Convento de Santo Antônio, donde corre pelo rumo de nordeste, quarta do norte, até acabar na ponta do Forte do Santo Cristo, dando-se forma o segundo rumo, norte-sul da parte do Hospício da Província da Conceição, e é a segunda parte desta nobilíssima cidade.

“A sua melhor defesa é a entrada da sua mesma barra para montar os baixos da qual são precisos excelentes práticos, e ainda dos mais peritos se têm perdido alguns na costa. Montada a barra se topa com uma boa e bem regulada fortaleza da parte de leste, cercada do mar, e fronteiro da banda do oeste um fortim, que acabado, e posto em melhor forma, será uma das maiores forças desta barra. Já dentro da cidade está o forte de Nossa Senhora das Mercês, e na ponta que se segue outro do Santo Cristo, a que dão o nome de Castelo, e em que também está o Hospital Real dos Soldados, ambos de boa e grossa artilharia, que a terem destros artilheiros não poderão as maiores naus (na suposição de vencerem os baixos pelo seu pouco fundo) sustentar a fúria das suas balas.

“Porém, o que mais faz avultar esta nobilíssima cidade é a sua régia catedral, uma das mais primorosas e magníficas de toda a nossa América Portuguesa. É fundação do Fidelíssimo e sempre grande Sr. D. João V, de eterna memória. Dotou-a pelas medidas da sua real grandeza. Não se sabe de outra que no ultramar a exceda na ordem e majestade das suas hierarquias.

“O mesmo Augustíssimo fundador lhe mandou depois erigir dos fundamentos o majestoso templo que hoje admiramos como crédito da arte e recreio da vista. O Excelentíssimo D. Frei Guilherme de S. José, da ordem de Cristo, lhe mandou lançar os primeiros alicerces até os pôr fora da terra, e seu Excelentíssimo sucessor D. Frei Miguel de Bulhões, da sempre ilustre ordem dos Pregadores, a esforços da sua grande atividade e zelo incansável do Divino Culto, a pôs no estado em que hoje se admira por um dos mais majestosos templos de todo o Brasil, mais pela forma que pela matéria.

“É o seu orago a sempre Augusta e Soberana Mãe de Deus com o singular título de Nossa Senhora da Graça, cuja festa se celebra com a maior magnificência aos 15 de agosto. E para que se chegue ao cabal conhecimento da majestade e grandeza desta respeitável Sé, basta dizer que é fundação de um rei verdadeiramente pio, e excessivamente liberal para tudo que dizia respeito ao culto adorável dos sagrados templos. Será a todos grata a sua memória e admirada a sua real magnificência, enquanto durarem os mármores e preciosos metais de que se compõe a forma este soberbo e majestoso Panteon.

“Orna-se mais esta cidade com um novo convento dos religiosos capuchos da Província de Santo Antônio, com igreja também nova, muito bem feita e asseada. Segue-se o

convento dos religiosos Mercenários, obra antiga, porém a sua igreja bela e bem obrada à moderna, que acabada não deixará de ser um dos seus melhores templos. O convento dos religiosos de Nossa Senhora do Carmo está feito de novo, mas por acabar; o seu templo posto na última perfeição pelas medidas do grandioso frontispício de pedra mármore, que se vai levantando, será uma das mais primorosas obras desta cidade, por ser feita à moderna, e de bom risco.

“Tem Misericórdia com seu limitado hospital. Tem mais a igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Pretos que serve também de Freguesia à maior porção da cidade a que chamam Campina. Tem outra da Senhora do Rosário dos Brancos; mais a de São João dos Soldados e a capela do Santo Cristo, junto ao hospital dos militares e, ultimamente, o colégio e igreja da Companhia de Jesus, que parece não desmerecer o agrado dos homens de bom gosto pela perfeição dos seus retábulos e púlpitos todos de talha dourada.

“Nos seus subúrbios estão as duas enfermarias ou hospícios dos religiosos reformados de São Francisco; um de São Boaventura da Província da Conceição, outro de São José da Província da Piedade. Este último, obra nova e que ainda está por acabar, dando bem a conhecer o asseio e perfeição dos filhos desta Seráfica Família.

“Tem uma boa casa de câmara com a cadeia da cidade por baixo, feita a diligências e atividades do Governador e Capitão-Geral que então era Francisco Pedro Gurjão, e do Ouvidor-Geral Luís José Freire.

“Anda-se agora renovando o Palácio dos Governadores do Estado por mandado do Excelentíssimo Bispo Governador interino, a que deu princípio no ano de 1676 o Governador Pedro César de Meneses e depois acabou seu

sucessor Inácio Coelho da Silva em boa paragem, e na melhor praça desta cidade em proporção e grandeza adequada ao distinto caráter do governo.

“Pretendeu depois o Governador Cristóvão da Costa Freire, Senhor de Pancas, fazer novo palácio na praça da matriz, com intento de ficar o antigo para hospital dos soldados; mas depois de estarem já as paredes pelas vigas, julgou seu sucessor Bernardo Pereira de Berredo (e com acerto) se não devia largar o antigo pela melhor comodidade do sítio em que se achava fundado.

“Do que estava principiado fez Sua Majestade mercê ao primeiro Bispo D. Frei Bartolomeu do Pilar, para palácio episcopal que se havia de acabar à custa da sua real fazenda, mas até o presente ainda se vê no mesmo estado em que o deixou a sua primeira fundação com algum prejuízo a que o reduziu a voracidade do tempo.

“Acha-se ao presente esta cidade enobrecida de muitos e bons edifícios, com algumas das suas ruas calçadas pelo zelo e diligência do Desembargador Juiz de Fora João Inácio de Brito. Finalmente está esta capital do Pará muito diversa a respeito dos anos anteriores, assim no eclesiástico, como no político, militar e econômico.”⁵⁴

Tal a Belém de 1759; a Belém do tempo em que ali governava Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o digno irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde marquês de Pombal.

54 *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão*, já cit. Livro III – Cap. I, págs. 189 a 192.

E, para terminar, encerraremos esta parte do nosso trabalho com a descrição que, desta cidade, encontramos em *O Panorama* (Tomo IV, nº 153, de 4 de abril de 1840), descrição que por mais de um título se recomenda – não só por vir acompanhada de uma fotografia que aqui reproduzimos e que nos dá logo, à primeira impressão, a idéia do que era a Belém daquele tempo –, mas ainda porque nos traz à memória a doce recordação de um passado sobre o qual pesam já uns bons 75 anos.

Ei-la:

“O rio do Tocantins, que junto à sua foz se chama rio do Pará, comunica com o Amazonas por um canal d’água salgada e entre as embocaduras de ambas está lançada a grande ilha de Marajó. Na margem direita do primeiro em praia baixa está a cidade de Santa Maria de Belém, capital da província do Pará, fundada em 1616 por Francisco Caldeira, em frente da *ilha das onças*, continuando após esta uma série de ilhotas. A coisa de uma légua da cidade⁵⁵ sobre um rochedo cercado d’água, levanta-se o forte da Serra, sobranceiro às barras e que reconhece os navios antes de entrarem no rio. Defendem a povoação duas fortalezas, ambas edificadas em rochas, mas em pouca altura; o arsenal está fora do povo a meio caminho da embocadura do Guamá; e assevera-se que dos seus estaleiros já saíram fragatas.⁵⁶

55 As léguas que apontamos neste artigo são as francesas de 25 ao grau.

56 Seguimos nesta notícia sobre o Pará a d’Orbigny, cuja viagem se imprimiu em 1836 e que adaptou as informações dos célebres e acreditados alemães Ipix e Martius.

“Diante do Pará, o rio que corre entre a terra firme e a ilha de Marajó tem perto de três léguas de largo. Vista do ancoradouro, a cidade, assentada em chão liso e baixo, parece que consta de duas ruas paralelas encostadas a um fundo de matas virgens, às quais as colunas conquistaram o espaço que ocupam as casas. Deste ponto os primeiros edifícios que dão na vista são a praça e a alfândega, situadas próximo à praia e quase no centro do alinhamento da casaria: por detrás surgem os campanários da igreja das Mercês, mais ao longe o zimbório do templo de Santa Ana e ao norte Santo Antônio, convento de capuchos que cerra a perspectiva. (Vide a capa.)

“Na extremidade mais ao sul vê-se o castelo e o hospital militar a que estão contíguos o seminário, e a Sé com suas duas torres. E pela terra adentro descobre-se o palácio do governo, que foi construído sob a administração do irmão do marquês de Pombal. Penetrando na cidade, conhece-se que excede o que inculcava o seu aspecto exterior: as casas, geralmente de alvenaria, ora se alinham fazendo ângulos retos, ora formam amplas praças, raras passam de dois ou mais andares. Até os edifícios públicos são pouco elevados, apesar disso a Sé não deixa de ser majestosa e possui nas suas capelas quadros de mestres portugueses de bastante merecimento. Fronteiro a esta catedral está o paço do bispo. O palácio que mencionamos acima é vasto, com sacadas e ornamentos externos de cantaria lavrada. O colégio e o seminário dos jesuítas honram o espírito empreendedor desta ordem, que foi tão poderosa. Nele hoje está o hospital.

“A alfândega tem suficiente grandeza e acomodações próprias. As ruas são espaçosas e muito calçadas: a maior parte das casas são cômodas habitações; mas os abastados têm, à curta distância da cidade, casas de recreio onde residem o

mais do tempo quando a província está liberta das dissensões civis.

“Não há mercado regular no Pará: as canoas chegam pela manhã, sem dia nem hora fixos, e transportam para a venda os gêneros dos arredores. O gado e os cavalos vêm da ilha de Marajó e ilhotas próximas.

“O Pará é a mais considerável cidade da região do Amazonas, considerada como ponto marítimo e capital da porção do Brasil superior denominado o Grão-Pará, que se subdivide em três comarcas ou distritos. Para o oriente da cidade mandou o governador conde dos Arcos esgotar, por meio de sarjetas, um vasto terreno onde fez o passeio público.

“Em 1820, a população do Pará era de 24.500 almas.⁵⁷ Há nesta cidade muitos habitantes de estirpe européia, e outros oriundos de colonos que vieram dos Açores e que também residem nas fazendas mais próximas.”

E por aí além poderíamos ir, citando diversos trabalhos outros, de viajantes que em diversas épocas visitaram o Pará se do nosso programa fosse acompanhar aqui, passo a passo, a evolução por que, durante três séculos, passou a fundação de Caldeira.

*

Estamos em 1915.

57 Parece-nos muitíssimo exagerado este cálculo. Baena, que por todos os títulos reputamos mais bem informado, dava, por esse mesmo tempo, à cidade 12.487 habitantes, distribuídos pelas duas freguesias da Sé e Campina. Vide *Ensaio Corográfico*, págs. 341 e 342.

São decorridos, portanto, trezentos anos da partida da expedição. O pequeno estabelecimento português de 1616 transformou-se, com o correr dos tempos, na elegante e opulentíssima Belém dos nossos dias, com seus 150 a 200 mil habitantes, com as suas formosas praças ajardinadas e magníficas avenidas arborizadas, iluminadas todas à luz elétrica. Na Belém, que é hoje um dos pontos mais comerciais do Brasil e, sem contestação, a cidade de maior desenvolvimento do norte do país.

Como está tudo mudado ali!

A tosca e humilde igreja de 1616 erigida, Deus sabe com que sacrifícios, pela piedade daqueles ousados expedicionários e onde, pela primeira vez, balbuciam eles, naquelas terras, fervorosas preces ao Altíssimo pelo bom êxito da sua expedição, essa não existe mais, de há muito varreu-a a mão destruidora do tempo que nada respeita. Mas, em seu lugar, nesse mesmo sítio, campeia essa soberba Catedral, que todos admiramos, remodelada nos nossos dias e em cujo interior se ostentam os traços opulentos da Renascença, belas pinturas a fresco guarnecendo todas as paredes e o teto, nave e altar-mor de puríssimo mármore de pedreiras da Itália, oferta do grande Pontífice Pio IX; essa Catedral, onde, pela primeira vez, pontificou, em 1724, D. Fr^o Bartolomeu do Pilar, seu primeiro bispo. Essa Catedral, de cujo púlpito, em 1782, desassombadamente combatia D. Francisco Caetano Brandão “a ignorância e a ociosidade, origens venenosas dos maiores males em toda a parte, aqui favorecidos talvez da ardência do clima”. Essa Catedral, enfim, donde, em assombros [*sic*] de eloqüência, se fez ouvir o verbo inspirado desse egrégio prelado brasileiro, que foi D. Antônio de Macedo Costa, e de quem, ao sair de uma das suas conferências na Sé, disse alguém: “Acabo de ouvir São Paulo falar no Areópago!”

Fronteiro à Catedral, lá está o Paço Episcopal, outrora Colégio de Santo Alexandre dos Padres da Companhia, teatro dos trabalhos apostólicos, entre tantíssimos outros, dos insignes jesuítas, padres João Filipe Betendorf e José de Moraes, historiadores que foram de sua Ordem no Norte do Brasil; e dos triunfos oratórios do sobre todo famoso padre Antônio Vieira.

Não longe daí, vê-se o *Palácio do Governo*, antiga residência dos governadores e capitães-generais, começado a edificar em 1676, no governo de Pedro César de Meneses, concluído no de Inácio Coelho, seu sucessor, e renovado ou restaurado no governo interino do bispo D. Fr^o Miguel de Bulhões e dos que se lhe seguiram.

Aí habitaram, outrora, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o famigerado marquês de Pombal; Manuel Bernardo de Melo e Castro, que foi o executor das odiosas medidas contra a Companhia de Jesus, confiscando-lhe os bens e fazendo remeter presos para Lisboa os jesuítas proscritos; D. Francisco de Sousa Coutinho, D. Marcos de Noronha e Brito que, sob o título de conde dos Arcos, tão vasta celebridade granjeou em todo o Brasil e fez, por Belém, o que, mais tarde, pela Bahia, viera a fazer, e tantos outros que fastidioso seria enumerar aqui.

De todo esse passado longínquo, como que a desafiar a ação destruidora do tempo, nesses três séculos que se completam agora, lá está, impávido, o *Forte do Castelo*, como para nos atestar a todos a grandiosa obra de 1616, que nos deu a Amazônia de hoje.

São Luís do Maranhão – 8 de dezembro de 1915.

Fundação de Belém do Pará, de Ribeiro do Amaral,
foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso em papel
vergê areia 85 g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de
Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se
de imprimir em setembro de 2004, de acordo com o programa
editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial
do Senado Federal